

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO - 2011

I. MENSAGEM AOS ACIONISTAS

Senhores Acionistas,

A Administração da CESP - Companhia Energética de São Paulo, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis, com os pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011.

Neste exercício, o mercado regulado (onde se concentra cerca de 66% do volume de energia elétrica comercializado em contratos pela CESP, representado pelas Distribuidoras de energia elétrica), manteve-se estável, dando-se cumprimento integral a contratos anteriormente assumidos. Já o mercado livre (aproximadamente 34% dos volumes comercializados em contratos, representado em sua maioria por grandes consumidores industriais) foi afetado pela modesta demanda do setor industrial brasileiro e pelos baixos preços praticados no mercado de curto prazo durante todo o ano passado, devido, entre outros motivos, aos confortáveis níveis dos reservatórios das usinas hidrelétricas verificados em 2011.

Em decorrência, a Receita Operacional Líquida manteve-se ligeiramente acima dos níveis do ano de 2010 (R\$ 2.957,5 milhões em 2011 contra R\$ 2.905,3 milhões), um aumento de 1,8% sobre o resultado do ano anterior, o que propiciou uma geração de caixa, medida pelo método EBITDA ajustado, de R\$ 2.044 milhões em 2011, 4,4% superior ao ano anterior.

A dívida financeira total, composta por Empréstimos e Financiamentos, Fundo de Investimento em Direitos Creditórios e Valores a Pagar à Eletrobrás e ao Fundo de Pensão, foi reduzida em 6,7%, trazendo a relação dívida financeira/EBITDA ajustado para 2,1 vezes (2,2 vezes em 2010).

A Companhia encerra 2011 com Disponibilidades em Caixa suficientes para fazer frente aos seus compromissos financeiros, em especial ao pagamento dos dividendos propostos à Assembleia Geral Ordinária, de R\$ 465,4 milhões, dos quais R\$ 75 milhões já pagos antecipadamente a título de Juros sobre o Capital Próprio.

II. A CESP E SEU MERCADO

A CESP possui um parque gerador exclusivamente hidráulico, formado por seis usinas hidrelétricas: Ilha Solteira (3.444 Megawatts - MW), Engenheiro Souza Dias (Jupia - 1.551,2 MW), Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera - 1.540 MW), Três Irmãos (807,5 MW), Paraiibuna (85 MW) e Jaguari (27,6 MW), num total de 7.455,3 MW de capacidade instalada.

Esta capacidade instalada posiciona a Companhia em quarto lugar entre as empresas de geração do país e lhe atribui 3.916 MW médios de garantia física, correspondente à fração alocada da garantia física do sistema que, por sua vez, corresponde ao máximo mercado que poderia ser suprido.

Em termos de comercialização, a garantia física constitui a quantidade de energia que a usina pode comercializar contratualmente como participante do Mecanismo de Realocação de Energia (mecanismo de compartilhamento do risco hidrológico que está associado à otimização do sistema hidrotérmico realizada por meio de um despacho centralizado).

Nesse contexto, a CESP comercializa sua energia nos seguintes mercados:

Ambiente de Contratação Regulado - ACR: mediante os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEARs) firmados com distribuidoras e Contratos de Compra de Energia (CCEs) com distribuidoras com mercado próprio inferior a 500 GWh/ano.

Ambiente de Contratação Livre - ACL: mediante os Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica (CCVEEs) de curto, médio e longo prazo, negociados com as empresas comercializadoras e com os consumidores livres.

Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE: onde as diferenças entre a energia produzida, a garantia física e a energia contratada são contabilizadas e liquidadas financeiramente.

• PRODUÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

A produção de energia elétrica das usinas da CESP é programada e executada de acordo com os Procedimentos de Rede e sob a coordenação do ONS - Operador Nacional do Sistema Elétrico, garantindo-se a preservação de seus ativos e o cumprimento de suas obrigações sociais e ambientais. A busca da eficiência na produção se baseia na associação dos recursos fundamentais de disponibilidade, recursos hídricos e oportunidades de alocação de produção no Sistema Interligado Nacional (SIN). Em 2011, a CESP produziu 4.687 MW médios que corresponderam a, aproximadamente, 8% da energia elétrica gerada no Brasil.

Em MW Médio Produção	2007	2008	2009	2010	2011
	4.703	4.683	4.547	4.674	4.687
Garantia Física	3.916	3.916	3.916	3.916	3.916

• COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA

Em 2011, a garantia física de 3.916 MW médios, deduzidos o consumo interno das usinas e as perdas até o centro de gravidade do sistema, representou uma garantia física líquida de 3.820 MW médios. A garantia física líquida foi comercializada (i) no Ambiente de Contratação Regulado - ACR, por meio dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR's com 37 empresas distribuidoras e Contratos de Compra de Energia - CCE's com quatro distribuidoras com mercado próprio inferior a 500 GWh/ano e (ii) no Ambiente de Contratação Livre - ACL, por meio dos Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica - CCVEE's de curto, médio e longo prazo, negociados com 23 clientes livres e 20 comercializadoras. As diferenças entre a energia produzida, a garantia física e a energia contratada foram contabilizadas e liquidadas pela CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

AMBIENTE DE CONTRATAÇÃO REGULADO - ACR

Nos leilões de energia promovidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, realizados por intermédio da CCEE, foram negociados 2.518 MW médios com as empresas distribuidoras, considerando os CCEAR's originais.

A legislação faculta às distribuidoras a redução dos CCEAR's em decorrência da saída de consumidores livres, por variação de mercados e contratos assinados antes do advento da Lei nº 10.848/04. Essas reduções são precedidas do processamento do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficit - MCS D pela CCEE. Desde o início dos CCEAR's até o final de 2011 foram processadas 4.446 cessões, acumulando uma devolução nesse período de 112 MW médios para a CESP.

A estes volumes de energia elétrica soma-se 82 MW médios comercializados com distribuidoras com mercado próprio inferior a 500 GWh/ano. Portanto, em 2011, a parcela de energia destinada ao ACR totalizou 2.488 MW médios, o que representa uma participação de 65,6% do montante total comercializado em contratos no ano.

AMBIENTE DE CONTRATAÇÃO LIVRE - ACL

Nesse segmento de mercado, em 2011, a parcela de energia referente aos contratos de venda de energia de curto, médio e longo prazo correspondeu a 1.306 MW médios, representando uma participação de 34,4% do montante total comercializado mediante contratos no ano.

RESULTADOS DA COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA

Em 2011, a CESP comercializou 3.794 MW médios em contratos, o que representou 99,3% da energia disponível para comercialização (garantia física líquida totalizando 3.820 MW médios). Para atendimento ao SIN - Sistema Interligado Nacional, liquidou sobras e energia secundária na CCEE equivalentes a 504,26 MW médios de energia no mercado de curto prazo ao Preço de Liquidação das Diferenças - PLD, e forneceu 248,62 MW médios de energia ao Mecanismo de Realocação de Energia - MRE ao preço da Tarifa de Energia de Otimização - TEO.

• FATURAMENTO

O faturamento da CESP com venda de energia foi de R\$ 3.375 milhões, sendo R\$ 3.227 milhões em contratos bilaterais nos ambientes de contratação regulado e livre, e R\$ 148 milhões na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. Adicionalmente, há R\$ 4 milhões em receitas de contratos de prestação de serviços.

RECEITAS OBTIDAS NO AMBIENTE DE CONTRATAÇÃO REGULADA - ACR:

A CESP faturou R\$ 2,118 milhões, divididos em R\$ 2,045 milhões em CCEAR - Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado com 37 distribuidoras e R\$ 73 milhões com quatro pequenas distribuidoras com mercados inferiores a 500 GWh/ano.

RECEITAS OBTIDAS NO AMBIENTE DE CONTRATAÇÃO LIVRE - ACL:

Neste ambiente, o faturamento total correspondeu a R\$ 1,109 milhão em contratos bilaterais de longo, médio e curto prazos, e foram atendidos 43 clientes, sendo 23 consumidores livres e 20 comercializadoras.

RECEITAS OBTIDAS COM A ENERGIA LIQUIDADA NA CCEE:

A receita obtida pela empresa na CCEE totalizou cerca de R\$ 148 milhões, incluindo o mercado de curto prazo e o MRE - Mecanismo de Realocação de Energia.

III. SISTEMA ELÉTRICO DA CESP

A CESP tem garantido o atendimento dos compromissos comerciais da empresa, conciliando-o às exigências regulatórias de Disponibilidade (Resolução ANEEL nº 688/2003) e Sistêmicas (necessidades de geração para atender à demanda sistêmica), dentro de princípios de economicidade.

A eficiência das usinas do SIN - Sistema Interligado Nacional é apurada pelo ONS - Operador Nacional do Sistema Elétrico por meio do Índice de Disponibilidade (ID), calculado por meio da Taxa Equivalente de Indisponibilidade Forçada Apurada (TEIFA) e da Taxa Equivalente de Indisponibilidade Programada (TEIP) definidas pela ANEEL.

A CESP tem superado os valores de referência estabelecidos pela ANEEL para as suas usinas, cuja média ponderada para o ID (determinada com base na garantia física) é 0,896. Em 2010 o valor apurado foi 0,933 e, em 2011, o valor apurado foi 0,929 (dezembro/2011).

Com relação à Taxa Equivalente de Indisponibilidade Forçada apurada (TEIFA), que expressa a confiabilidade operacional, a CESP tem superado o valor de referência de 0,0252 medido através da média ponderada dos valores de referência estabelecidos pela ANEEL para as usinas. Em 2010 o valor apurado foi de 0,0063 e, em 2011, foi de 0,0069 (dezembro/2011).

IV. SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL

A CESP, ciente da responsabilidade que lhe cabe, tem buscado alinhar-se ao esforço de contribuir com o avanço das práticas sustentáveis, tendo incorporado ao seu cronograma de trabalho, atividades sintonizadas com essa temática. Dentre elas, merecem destaque:

PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

A CESP é signatária da Declaração Internacional sobre Produção Mais Limpa do PNUMA tendo encaminhado o seu Plano Preliminar de Implementação, especificando as ações pelas quais planeja tornar concretos os princípios da Declaração, o princípio da "Liderança", da "Conscientização, Educação e Formação", da "Integração", da "Pesquisa e Desenvolvimento" e o princípio da "Transparência".

ISE - Índice de Sustentabilidade Empresarial

A CESP permanece na carteira do ISE para o período de 2011/2012. Pela sexta vez desde a sua primeira edição em 2005, a permanência da CESP na carteira ratifica o compromisso da Companhia com as questões ambientais e sociais e demonstra seu comprometimento com a sustentabilidade.

ICO2 da BM&FBovespa

A CESP foi uma das 42 empresas fundadoras do Índice de Carbono Eficiente (ICO2) lançado pela BM&FBovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES cujo objetivo, além de questões relacionadas às mudanças climáticas, é monitorar o retorno das ações de acordo com o grau de eficiência da contabilização de emissão de gases de efeito estufa (GEE) das empresas, incentivando-as a aferir, divulgar e monitorar suas emissões de GEE, ampliando a transparência aos acionistas, ao mercado e à sociedade visando a atuação em uma economia denominada de "baixo carbono".

CDP - Carbon Disclosure Project

Desde 2007, a CESP responde o *Carbon Disclosure Project* (CDP), o que colaborou para a reflexão sobre o tema "alterações climáticas" na Companhia. O Programa de Mudanças Climáticas e Sequestro de Carbono foi então estruturado com a publicação anual do inventário de gases de efeito estufa (GEE) e metas de redução de emissões voluntárias em 10% entre 2007 e 2011, bem como 100% de neutralização das emissões de resíduos sólidos.

Em 2011 a CESP foi premiada com o "ET Scope 3 Disclosure Leader Award", que é concedido no âmbito do CDP - *Carbon Disclosure Project* pela *Environmental Investment Organisation - EIO* e que exalta as iniciativas das empresas na redução de emissões de gases de efeito estufa.

Relatório de Sustentabilidade

O Relatório de Sustentabilidade da CESP, elaborado em base às diretrizes GRI (*Global Reporting Initiative*), padrão internacional em relatórios de sustentabilidade,

1 - Base de Cálculo

Receita líquida (RL)	2.957.525
Lucro Operacional Bruto (LOB)	1.503.782
Folha de pagamento bruta (FPB)	234.325
2 - Indicadores Sociais Internos	
Alimentação	8.682
Encargos sociais compulsórios	51.158
Previdência privada	9.546
Saúde	11.890
Capacitação e desenvolvimento profissional	1.175
Creches ou auxílio-creche	56
Outros	379
Total - Indicadores sociais internos	82.886

3 - Indicadores Sociais Externos

3.1 - Educação	4.220
3.2 - Cultura	5.119
3.3 - Esporte	1.002
3.4 - Outros	190.016
Total das contribuições para a sociedade	200.357
Tributos (excluídos encargos sociais)	528.733
Total - Indicadores sociais externos	729.090
4 - Indicadores Ambientais	
4.1 - Investimentos relacionados com a produção/ operação da Companhia	34.902
4.2 - Investimentos em programas e/ou projetos externos	4.551
Total dos investimentos em meio ambiente	39.453

5 - Indicadores do Corpo Funcional

Nº de empregados(as) ao final do período	1.330
Nº de admissões durante o período	31
Nº de estagiários(as)	30
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	926
Nº de mulheres que trabalham na empresa	196
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	13,64%
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	273
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	1,52%
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	13

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial

Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa
 Número total de acidentes de trabalho
 Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:
 Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:
 A previdência privada contempla:
 A participação dos lucros ou resultados contempla:
 Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:
 Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:
 Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):

Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	
Governo	32%
Colaboradores	11%
Acionistas	6%
Terceiros	51%
Retido	0%

VII. PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

A Lei Federal nº 9.991, de 24 de julho de 2000, determina a aplicação de 1% (um por cento) da receita operacional líquida anual em Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica (P&D), conforme dispõe a Subcláusula Oitava da Cláusula Sexta do CONTRATO DE CONCESSÃO nº 003/2004 - ANEEL/CESP.

Para atendimento a estes dispositivos, a CESP recolheu em 2011, a título de Pesquisa e Desenvolvimento, R\$ 12,0 milhões ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT e R\$ 6,0 milhões ao Ministério de Minas e Energia.

Ainda em complemento a esses dispositivos, a CESP mantém um Programa de P&D, que desde o seu início já conta com quatro ciclos implementados. Em 2011, a CESP investiu R\$ 6,2 milhões em projetos de P&D distribuídos nos três primeiros ciclos, como segue:

- **1º ciclo (2005/2006):** R\$ 0,3 milhão para projetos em andamento;
- **2º ciclo (2006/2007):** R\$ 2,9 milhões para projetos em andamento;
- **3º ciclo (2007/2008):** R\$ 3,0 milhões, sendo: R\$ 2,1 milhões em carteira com 12 projetos próprios; R\$ 0,3 milhão em Projetos de Gestão e R\$ 0,6 milhão em Projetos Estratégicos propostos pela ANEEL, sendo que em sete projetos a CESP participa como empresa cooperada e em um projeto como empresa proponente.

Para o **4º ciclo (2008/2009)** foram previstos R\$ 12,9 milhões para carteira de projetos próprios ou sob gestão direta.

Neste ano de 2011 a CESP realizou Chamada Pública para captação de projetos de P&D, resultando em 17 propostas que foram submetidas à avaliação inicial da ANEEL, com início de execução previsto para 2012.

Em atendimento à Chamada Pública nº 013/2011 da ANEEL para Projeto Estratégico denominado "Arranjos Técnicos e Comerciais para Inserção da Geração Solar Fotovoltaica na Matriz Energética Brasileira", a CESP respondeu com participação em um projeto como empresa-proponente e como empresa cooperada em dois outros, com início de execução previsto para 2012.

VIII. GOVERNANÇA CORPORATIVA

Desde julho de 2006 a CESP integra o Nível 1 de Governança Corporativa da BM&FBovespa, que se constitui em um conjunto de regras que disciplina as relações entre o acionista controlador, o conselho de administração, a diretoria executiva, demais acionistas e, em especial, o mercado financeiro que é provido de informações com qualidade, agilidade e transparência. Além dos procedimentos exigidos pelo Nível 1 de governança corporativa, a CESP adotou, adicionalmente, as seguintes práticas de governança corporativa, incorporadas ao seu Estatuto Social:
 - Adesão à Câmara de Arbitragem do Mercado da BM&FBovespa para dirimir dúvidas de caráter societário;
 - "Tag Along" 100% - Direito aos acionistas detentores de ações preferenciais classe B (CESP 6) à venda conjunta das ações, pelas mesmas condições, em caso de alienação do controle acionário;
 - Conselho de Administração composto por 20% de conselheiros independentes.

Em 2011, a CESP recebeu o prêmio "Melhor Governança Corporativa", concedido pela revista britânica *World Finance*. É um reconhecimento internacional do empenho da Companhia em buscar boas práticas de governança corporativa, sendo destaque no seu setor de atuação.

• RELAÇÕES COM INVESTIDORES

A CESP dispõe de uma área de relações com investidores (RI) que coordena a distribuição das informações ao mercado financeiro em geral, investidores, analistas de mercado, instituições financeiras, órgãos reguladores e fiscalizadores, por meio das teleconferências dos resultados trimestrais, reunião pública anual, "website" corporativo, módulo do RI (www.cesp.com.br/ri); "e-mail" ricesp@cesp.com.br e "mailing list". No decorrer de 2011 foram realizadas cerca de 30 reuniões privadas com analistas de mercado, administradores de fundos e investidores, além de participações em eventos do tipo "Utilities Day".

alcançou o nível "C" e é uma iniciativa que visa aproximar cada vez mais a Companhia de suas partes interessadas por meio da divulgação do compromisso com o desenvolvimento sustentável.

Relatório Anual de Responsabilidade Socioambiental da ANEEL

O Relatório de Responsabilidade Socioambiental preparado anualmente para a ANEEL tem por objetivo evidenciar as políticas e ações específicas da CESP que contribuem para o desenvolvimento de uma sociedade ambientalmente sustentável, socialmente justa e economicamente viável, mediante incorporação do conceito de um serviço público mais ético, transparente e sustentável.

V. RESPONSABILIDADE SOCIAL

DIVERSIDADE

Em 2011, a CESP renovou o Selo Paulista da Diversidade - Categoria Pleno, outorgado pelo Governo do Estado de São Paulo. A Companhia não aceita discriminação em função de etnia, origem, sexo, orientação sexual, estado civil, classe social, deficiência, idade, crença religiosa, condição de sindicalização, convicção política e ideológica.

Durante o ano foram realizadas as seguintes ações relacionadas a esta certificação: Semana Interna da Diversidade (SIDI), Dia da Consciência Negra; Dia Internacional das Pessoas com Deficiência e Culto Ecumênico de Ação de Graças, valorizando a diversidade religiosa.

AÇÕES SOCIAIS

"Website" Acessível a Deficientes Visuais - durante o ano de 2011, a CESP manteve o seu "website" corporativo, inclusive o módulo de Relações com Investidores, provido de recursos que permitem acesso a deficientes visuais que disponham de softwares do tipo leitores de telas em seus computadores e queiram conhecer a empresa ou se utilizem de alguma página como ferramenta de trabalho.

INSTITUTO CRIANÇA CIDADÃ (ICC)

A CESP deu continuidade a sua participação como empresa mantenedora fundadora do Instituto Criança Cidadã - ICC, contribuindo na manutenção e operacionalização das 15 unidades educacionais da instituição, destinando recursos financeiros e apoio, com orientação técnica e administrativa dada por empregados voluntários.

No ano, mais de 5.750 pessoas, entre crianças, jovens e adultos, todos moradores de comunidades carentes de diferentes regiões da capital e do município de Guarulhos, foram beneficiadas pelos quatro projetos da instituição: Transmitindo Cidadania, Gerando Talentos, Manancial de Produção e Nossa Comunidade, com alimentação balanceada, supervisão por nutricionista; apoio integral ao desenvolvimento da criança, desenvolvido por uma equipe multidisciplinar de saúde; educação infantil básica, arte e educação para o trabalho, oferecida por educadores, coordenadores e diretores educacionais; e atividades voltadas ao esporte e lazer, ao desenvolvimento comunitário e à geração de renda.

VI. BALANÇO SOCIAL

2011			2010		
R\$ Mil			R\$ Mil		
	2.957.525			2.905.327	
	1.503.782			1.510.320	
	234.325			223.941	
R\$ Mil	% sobre FPB	% sobre RL	R\$ Mil	% sobre FPB	% sobre RL
8.682	3,71%	0,29%	8.249	3,68%	0,28%
51.158	21,83%	1,73%	49.059	21,91%	1,69%
9.546	4,07%	0,32%	8.407	3,75%	0,29%
11.890	5,07%	0,40%	14.064	6,28%	0,48%
1.175	0,50%	0,04%	542	0,24%	0,02%
56	0,2%	0,00%	65	0,03%	0,00%
379	0,16%	0,01%	121	0,05%	0,00%
82.886	35,37%	2,80%	80.507	35,95%	2,77%
R\$ Mil	% sobre LOB	% sobre RL	R\$ Mil	% sobre LOB	% sobre RL
4.220	0,28%	0,14%	4.739	0,31%	0,16%
5.119	0,34%	0,17%	4.515	0,30%	0,16%
1.002	0,07%	0,03%	400	0,03%	0,01%
190.016	12,64%	6,42%	179.901	11,91%	6,19%
200.357	13,32%	6,77%	189.555	12,55%	6,52%
528.733	35,16%	17,88%	408.905	27,07%	14,07%
729.090	48,48%	24,65%	598.460	39,57%	20,57%
R\$ Mil	% sobre LOB	% sobre RL	R\$ Mil	% sobre LOB	% sobre RL
34.902	2,32%	1,18%	44.800	2,97%	1,54%
4.551	0,30%	0,15%	7.481	0,50%	0,26%
39.453	2,62%	1,33%	52.281	3,46%	1,80%
	2011			2010	
	1.330			1.463	
	31			249	
	30			26	
	926			987	
	196			221	
	13,64%			11,84%	
	273			300	
	1,52%			3,95%	
	13			15	
	2011			Metas 2012	
	25,7			20,5	
	12			12	
	(X) direção e gerências			(X) direção e gerências	
	(X) todos(as) + Cipa			(X) todos(as) + Cipa	
	(X) todos(as) empregados(as)			(X) todos(as) empregados(as)	
	(X) todos(as) empregados(as)			(X)	



RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO - 2011

Coordenadoria de Gestão de Riscos

Compete à Coordenadoria gerenciar as ações para identificação, avaliação e monitoramento dos riscos e comunicação periódica ao Comitê de Riscos. Compete, ainda, orientar os gestores da Companhia quanto à metodologia de autoavaliação de controle, visando garantir a eficiência dos controles que mitiguem os riscos mapeados, bem como assessorar a Presidência, Comitê de Riscos e demais "stakeholders" em assuntos relacionados à gestão de riscos e controles, fornecendo reporte adequado e oportuno.

Gestor Descentralizado de Riscos

É formado por representantes indicados pelas diretorias. O Gestor de Riscos Descentralizado auxilia os gerentes na identificação, avaliação, controle, monitoramento e resposta aos riscos inerentes aos objetivos (estratégicos, operacionais, conformidade e comunicação) em suas esferas de responsabilidades e monitora sua execução e efetividade. Compete ao gestor posicionar periodicamente a Coordenadoria de Gestão de Riscos e a respectiva Diretoria sobre os riscos e controles em sua esfera de atuação.

• OUVIDORIA

A CESP, integrando-se ao Sistema das Ouvidorias do Governo do Estado de São Paulo, disponibiliza em seu "website" um canal de relacionamento com a finalidade de acolher, esclarecer e responder toda e qualquer manifestação de interesse do cidadão dentro da Companhia e atuando como instância final na sua defesa, inclusive provocando ações de transformação interna visando a melhoria da qualidade dos serviços prestados pela Companhia. Entre as principais manifestações recebidas em 2011, destacaram-se as orientações na procura por estágios na CESP, esclarecimentos sobre agendamento de visitas técnicas por estudantes universitários e professores para elaboração de trabalhos e teses acadêmicas e professores da rede pública para visita de seus alunos às usinas, orientações para regularização de documentos relativos às áreas de Recursos Humanos e Patrimônio e manifestações sobre falta ou queda de energia, as quais foram direcionadas às empresas distribuidoras competentes

IX. MERCADO DE CAPITAIS

Em janeiro de 2011 a CESP concluiu a 2ª Emissão de Notas Promissórias Comerciais, no valor de R\$ 150 milhões, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, sob a coordenação do Banco Bradesco BBI.

Os recursos da referida emissão, complementares à geração interna de caixa da Companhia, foram utilizados na liquidação dos Bônus da Série nº 6, do Programa de Notas de Médio Prazo, vencidos e pagos em 2 de março de 2011, no valor de principal de R\$ 305,0 milhões, mais encargos.

A dívida financeira total, composta por Empréstimos e Financiamentos, FIDC, e Valores a Pagar à Eletrobras e ao Fundo de Pensão totalizou R\$ 4.191,4 milhões, tendo sido reduzida em cerca de R\$ 300 milhões (6,7%), estando agora representada por 69% em moeda nacional e 31% em moeda estrangeira. As Disponibilidades ao final do ano eram de R\$ 445,0 milhões, o que resulta em Dívida Líquida de R\$ 3.746,4 milhões.

A Companhia, em 2011, manteve os limites de crédito aprovados perante as instituições financeiras e teve alteração, para positiva, a perspectiva de sua classificação de risco pela agência Standard & Poor's.

AÇÕES DA CESP

A principal ação da CESP, as Preferenciais Classe B (CESP6) que representam 64% do capital total da Companhia, alcançaram uma valorização de 22,41%, com cotação, em 31 de dezembro, de R\$ 33,05. As ações Ordinárias (CESP3), que representam 33% do capital, encerraram o ano com valorização de 24,66%, cotadas a R\$ 27,30. As Preferenciais Classe A, que representam 3% do capital, apresentaram a maior variação positiva dentre as ações de emissão da Companhia, valorizadas em 39,63%, e eram negociadas a R\$ 33,65, no último dia do ano.

O IBOVESPA apresentou grande volatilidade durante 2011, encerrando o ano com forte queda, com variação negativa de 18,10%.

X. DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO

As Receitas Operacionais totais em 2011 alcançaram R\$ 3.379 milhões, com crescimento de 1,8% em relação a 2010, resultado obtido, principalmente, com a atualização dos preços de venda de energia no ambiente de contratação regulada, que registrou R\$ 2.267, e pela venda de energia a consumidores livres e agentes comercializadores, de R\$ 1.109 milhões (Nota 24.3 e 24.4).

O Custo do Serviço de Energia Elétrica totalizou R\$ 1.454 milhões, com aumento de 4,2%, segmentado nos itens Custo com Energia Elétrica e Custo com Operação (Nota 25).

O Custo com Energia Elétrica apresentou redução de 12,2% em vista de não ter havido gastos com energia comprada, o que ocorreu em 2010. Em contraposição, houve aumento nas rubricas Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos e Encargos do Sistema de Transmissão, basicamente pela elevação das tarifas aplicadas a estes encargos.

O Custo com Operação apresentou aumento de 15,7%, principalmente por conta da rubrica Entidade de Previdência a Empregados - CPC 33/IAS 19, que resultou em despesa de R\$ 45,9 milhões, contra R\$ 56,8 milhões positivos em 2010, resultante do superávit verificado naquele ano. Houve também aumento em Materiais e Serviços de

Terceiros, por conta do incremento nas atividades de reflorestamento.

A combinação das receitas e dos custos possibilitou à CESP apresentar um Lucro Operacional Bruto de R\$ 1.504 milhões no exercício de 2011.

As Despesas Gerais e Administrativas e as Outras Despesas Operacionais mantiveram-se em linha com o exercício anterior (Nota 25).

As Outras (Despesas) Receitas Líquidas apresentaram redução nos valores registrados em provisões para riscos legais, custos retardatários e compromissos socioambientais (Nota 25).

O Resultado Financeiro registrou R\$ 681 milhões negativos (Nota 26). As Receitas Financeiras, de R\$ 50 milhões, refletem aumento nos rendimentos de aplicações financeiras. Os Encargos de Dívidas e Outras Despesas Financeiras registraram uma redução de 14,4% e totalizaram R\$ 367 milhões, reflexo da diminuição do endividamento da Companhia.

As Variações Monetárias Líquidas ficaram em R\$ 215 milhões no ano, refletindo os índices de inflação. As Variações Cambiais Líquidas, de R\$ 150 milhões negativos, decorrem da desvalorização de 12,6% do Real frente ao Dólar norte-americano no exercício de 2011, ante R\$ 78 milhões positivos em 2010.

O Lucro antes dos Impostos registrou R\$ 238 milhões. Após a apropriação da despesa com Imposto de Renda, a Contribuição Social sobre o Lucro fiscal tributável e pela reversão de impostos diferidos (passivo), a Companhia encerrou o exercício de 2011 com Lucro Líquido de R\$ 108,6 milhões.

As Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis (Nota 23.6) contemplam proposta da Administração para distribuição de resultados de R\$ 465,4 milhões, dos quais serão deduzidos R\$ 75 milhões, já pagos a título de Juros sobre o Capital Próprio.

XI. AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, e com o previsto no Ofício Circular CVM/SEP/SNC nº 02/2003, de 20 de março de 2003, a CESP esclarece que a empresa Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, nos exercícios de 2010 e 2011, prestou a esta Companhia, exclusivamente, serviços de auditoria.

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Valores em milhares de reais)

ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	Nota	2011	2010		Nota	2011	2010
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	5	444.972	170.760	Fornecedores		38.071	68.302
Valores a receber	6	400.211	374.810	Empréstimos e financiamentos	13	425.906	572.901
Provisão para perda estimada de créditos	7	(22.308)	(21.108)	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC	14	282.771	285.123
Cauções e depósitos vinculados	8	-	171.266	Valores a pagar	15	41.043	37.283
Tributos e contribuições sociais compensáveis	9	14.643	12.269	Tributos e contribuições sociais	17	109.196	92.827
Almoarifado		41.802	51.670	Taxas regulamentares/Encargos uso do sistema de transmissão	19	90.243	100.925
Outros créditos	11	97.840	95.441	Dividendos		390.790	164.731
Despesas pagas antecipadamente		1.963	2.734	Obrigações estimadas e folha de pagamento		34.717	41.627
		979.123	857.842	Obrigações socioambientais	21.1	24.145	24.172
				Outras obrigações	21.2	162.676	195.398
						1.599.558	1.583.289
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Cauções e depósitos vinculados	8	452.179	419.173	Empréstimos e financiamentos	13	2.223.375	2.197.143
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	946.062	1.101.569	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC	14	911.587	1.039.553
Outros créditos	11	19.539	20.399	Valores a pagar	15	108.630	135.968
Investimentos		8.172	8.172	Tributos e contribuições sociais	17	25.538	115.083
Imobilizado	12	15.841.006	16.476.849	Entidade de previdência a empregados	18	5.547	-
		17.266.958	18.026.162	Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	1.189.542	1.428.166
				Taxas regulamentares/Encargos uso do sistema de transmissão	19	2.125	5.184
				Provisão para riscos legais	20	1.819.826	1.588.598
				Obrigações socioambientais	21.1	220.931	228.492
				Outras obrigações	21.2	21.295	87.577
						6.528.396	6.825.764
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	23.1	5.975.433	5.975.433
				Reservas de capital	23.3	1.929.098	1.929.098
				Ajuste de avaliação patrimonial	23.4	1.748.153	1.947.673
				Reservas de lucros	23.5	465.443	622.747
						10.118.127	10.474.951
TOTAL DO ATIVO		18.246.081	18.884.004	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		18.246.081	18.884.004

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Valores em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	Nota	2011	2010
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	24.4	2.957.525	2.905.327
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA			
Custo com Energia Elétrica	25	(502.355)	(572.482)
Custo com operação	25	(951.388)	(822.525)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		1.503.782	1.510.320
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	25	(280.341)	(274.646)
Outras despesas operacionais	25	(37.207)	(43.716)
Outras (despesas) receitas líquidas	25	(266.863)	(512.254)
		(584.411)	(830.616)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		919.371	679.704
RESULTADO FINANCEIRO	26	(681.537)	(505.974)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		237.834	173.730
Imposto de renda - corrente	27	(184.180)	(105.928)
Contribuição social - corrente	27	(71.565)	(42.932)
Imposto de renda diferido	10 e 27	98.472	51.204
Contribuição social diferida	10 e 27	28.020	16.968
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social		(129.253)	(80.688)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		108.581	93.042
RESULTADO ABRANGENTE		108.581	93.042
Lucro básico por ação		0,33	0,28
Lucro diluído por ação		0,33	0,28

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota	2011	2010
Método Indireto			
ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Lucro líquido do exercício		108.581	93.042
Despesas (receitas) que não afetam o caixa:			
Depreciação	25	781.642	785.108
Juros, variações monetárias e cambiais	26	681.537	424.533
Entidade de previdência a empregados - CPC 33/IAS 19	18	45.924	(48.381)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	(126.492)	(68.172)
Provisão para riscos legais	20	254.482	273.753
Ganho na Consolidação do REFIS	25.2	(19.956)	-
Obrigações socioambientais	21.1	14.664	60.612
Outras		5.559	8.777
		1.745.941	1.529.272
Valores a receber	6	(25.401)	(17.917)
Tributos e contribuições sociais compensáveis	9	(2.374)	31.746
Almoarifado		9.868	(3.503)
Despesas pagas antecipadamente		771	(2.310)
Cauções e depósitos vinculados	8	138.260	(67.914)
Outros créditos		(1.539)	46.403
Fornecedores		(30.231)	27.145
Tributos e contribuições sociais	17	(73.176)	(38.316)
Pagamentos a Entidade de previdência a empregados	18	(40.778)	(55.238)
Taxas regulamentares/Encargos uso do sistema de transmissão	19	(13.741)	(5.012)
Pagamentos de riscos legais	20	(40.422)	(74.078)
Pagamentos de Ações de Desapropriações - cindidas	21.2	(77.695)	(40.127)
Pagamentos obrigações socioambientais - TAC	21.1	(26.733)	(19.291)
Obrigações estimadas e folha de pagamento		(6.910)	5.604
Outros passivos		(5.899)	(9.220)
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		1.549.941	1.307.244
Juros pagos de empréstimos e financiamentos	16.1	(218.116)	(207.113)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		1.331.825	1.100.131
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS:			
Aquisições para o imobilizado	12	(146.254)	(116.016)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		(146.254)	(116.016)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Empréstimos e financiamentos - captação	16.1	169.793	-
Empréstimos e financiamentos - amortização	16.1	(841.712)	(933.194)
Dividendos		(164.440)	(34.618)
Juros sobre capital próprio		(75.000)	(75.000)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(911.359)	(1.042.812)
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		274.212	(58.697)
(+) Saldo Inicial		170.760	229.457
(=) Saldo Final		444.972	170.760
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		274.212	(58.697)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011
(Valores em milhares de reais)

Descrição	Capital Social	Reservas de Capital (Nota 23.3)	Ajuste de Avaliação Patrimonial (Nota 23.4)	Reservas de Lucros (Nota 23.5)	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2009	5.975.433	1.929.098	2.146.784	618.095	(48.061)	10.621.349
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	(199.111)	-	199.111	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	93.042	93.042
Proposta de Destinação:						
Reserva legal	-	-	-	4.652	(4.652)	-
Juros sobre o capital próprio já distribuídos (1)	-	-	-	-	(75.000)	(75.000)
Dividendos a distribuir (2)	-	-	-	-	(164.440)	(164.440)
Saldos em 31 de Dezembro de 2010	5.975.433	1.929.098	1.947.673	622.747	-	10.474.951
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	(199.520)	-	199.520	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	108.581	108.581
Proposta de Destinação:						
Reserva legal	-	-	-	5.429	(5.429)	-
Juros sobre capital próprio já distribuídos (3)	-	-	-	-	(75.000)	(75.000)
Realização de reservas de lucros a realizar	-	-	-	(162.733)	162.733	-
Dividendos a distribuir (Nota 23.6) (4)	-	-	-	-	(390.405)	(390.405)
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	5.975.433	1.929.098	1.748.153	465.443	-	10.118.127

(1) R\$ 0,19 por ação ON e PNB e R\$ 1,82 por ação PNA
(2) R\$ 0,51 por ação ON e PNB
(3) R\$ 0,19 por ação ON e PNB e R\$ 1,82 por ação PNA
(4) R\$ 1,22 por ação ON e PNB

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011
(Valores em milhares de reais)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

(Dados relacionados à potência e volumes de energia não foram auditados pelos auditores independentes).

1.1 Contexto Operacional

A CESP - Companhia Energética de São Paulo ("CESP" ou "Companhia") é uma sociedade de economia mista, de capital aberto, controlada pelo Governo do Estado de São Paulo, com sede na cidade de São Paulo e tem como atividades principais o planejamento, a construção e a operação de sistemas de geração e comercialização de energia elétrica. Mantém outras atividades operacionais, de caráter complementar, tais como florestamento, reflorestamento e piscicultura, como meio de proteger os ambientes modificados pela construção de seus reservatórios e instalações. As ações da Companhia são negociadas principalmente na BM&FBOVESPA S.A., desde 28 de julho de 2006, passaram a ser negociadas no Nível 1 de Governança Corporativa, também da Bovespa. Como consequência, a Administração da Companhia vem continuamente aperfeiçoando a prestação de informações ao mercado. A CESP possui um parque gerador instalado de 7.456 MW (Nota 12.2), totalmente de origem hidráulica, correspondente a 8% da potência hidráulica instalada no país, composto pelas usinas de Ilha Solteira, Três Irmãos, Jupia, Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera), Jaguari e Paraibuna. Como concessionária de serviço público de geração de energia elétrica, a CESP tem suas atividades reguladas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME, e opera suas usinas de forma integrada com o Operador Nacional do Sistema Elétrico/ONS, estando autorizada a comercializar 3.916 MW médios durante o ano, o que equivale a aproximadamente 34.304 GWh, ou seja, cerca de 7,2% da garantia física do país, de origem hidráulica.

Produção em MWh

Usinas	2011				Acumulado
	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	
Ilha Solteira	4.472.504	4.414.958	4.187.512	4.233.269	17.308.243
Três Irmãos	1.039.623	936.419	776.294	978.978	3.731.314
Jupia	2.047.590	2.236.268	2.380.085	2.432.905	9.096.848
Porto Primavera	2.594.354	2.576.858	2.588.127	2.643.724	10.403.063
Paraibuna	83.497	118.646	137.147	124.961	464.251
Jaguari	22.827	11.675	-	18.254	52.756
Total	10.260.395	10.294.826	10.069.165	10.432.091	41.056.475

Usinas	2010				Acumulado
	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	
Ilha Solteira	4.655.590	4.261.713	4.323.945	3.901.730	17.142.978
Três Irmãos	1.172.469	736.443	704.271	765.184	3.378.367
Jupia	2.288.820	2.339.655	2.416.279	2.434.403	9.479.157
Porto Primavera	2.464.573	2.532.826	2.562.675	2.615.180	10.175.254
Paraibuna	176.145	173.830	167.244	144.333	661.552
Jaguari	38.555	18.459	26.329	26.480	109.823
Total	10.796.152	10.062.926	10.200.743	9.887.310	40.947.131

Em 2011, a produção efetiva do parque gerador da CESP atingiu 41.056 GWh, 19,7% acima da nominal, representando cerca de 8% do total de energia elétrica gerada no país.

Da receita operacional bruta da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, 73% (71% em 2010) foram provenientes de suprimento de energia elétrica a Revendedores (concessionários de distribuição e agentes comercializadores) e 23% (25% em 2010) provenientes do fornecimento de energia a consumidores livres, sendo os restantes 4% (4% em 2010) decorrentes de energia de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e outras receitas (Nota 24.2).

1.2 Comercialização de Energia (Leilões de Energia)

A CESP participou de leilões para o suprimento de energia elétrica às concessionárias de distribuição atuantes no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, sendo cinco leilões de compra de energia provenientes de empreendimentos de geração existentes e dois leilões de compra de energia provenientes de novos empreendimentos.

A CESP, vendeu através de leilões 2.288 MW médios de energia existente e 230 MW médios de energia nova, distribuídos em agrupamentos de contratos, conforme segue:

Leilão de Empreendimentos Existentes	Período de Suprimento	Energia Vendida pela CESP (MWh)		Preço CESP (R\$)		Preço Médio Ponderado dos Participantes (*)
		Base	Preço	Base	Preço	
Produto 2005	2005 a 2012	800,0	62,10	jan/05	57,51	57,51
Produto 2006	2006 a 2013	1.178,0	68,37	jan/05	67,33	67,33
Produto 2007	2007 a 2014	20,0	77,70	jan/05	75,46	75,46
Produto 2008	2008 a 2015	170,0	83,50	mai/05	83,13	83,13
Produto 2009	2009 a 2016	120,0	93,40	nov/05	94,91	94,91
		2.288,0				
Leilão de Novos Empreendimentos	Período de Suprimento	Energia Vendida pela CESP (MWh)		Preço CESP (R\$)		Preço Médio Ponderado dos Participantes (*)
		Base	Preço	Base	Preço	
Produto 2009 Hidro	2009 a 2038	82,0	124,97	jul/06	124,83	124,83
Produto 2010 Hidro	2010 a 2039	148,0	116,00	jan/06	114,83	114,83
		230,0				

(*) Informação não auditada pelos auditores independentes

Os preços obtidos nos leilões estão sendo atualizados pelo IPCA, na data de reajuste tarifário das distribuidoras com a ANEEL (Nota 24.1).

1.3 Renovação das Concessões

A Companhia detém concessões para exploração dos serviços de geração de energia elétrica com a expectativa, pela Administração, de que sejam renovadas pela ANEEL e/ou Ministério de Minas e Energia. Caso a renovação de parte das concessões não seja deferida pelos órgãos reguladores ou mesmo ocorra mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia (concessão onerosa e/ou obrigatoriedade de renegociação dos contratos de venda de energia para atendimento ao mercado regulado), os atuais níveis de rentabilidade e atividade da Companhia poderão ser alterados, o que pode afetar a recuperação do saldo do ativo imobilizado.

A concessão da UHE de Três Irmãos venceu em 18 de novembro de 2011 e a Companhia protocolou, em 27 de setembro de 2010, na ANEEL, em tempo hábil, requerimento para prorrogação.

1.4 Risco Hidrológico

Quatro das principais usinas hidrelétricas da CESP, que representam 99% da energia assegurada para venda, concentram-se na área de influência da bacia do rio Paraná, região noroeste do Estado de São Paulo. As usinas de Ilha Solteira e Três Irmãos operam com reservatórios de acumulação, enquanto os reservatórios de Jupia e Porto Primavera operam a fio d'água. A localização geográfica é considerada favorável, pois o rio Paraná é formado pela confluência de dois grandes rios, o Paranaíba, que desce da região centro-oeste do país, e o rio Grande, na divisa com o Estado de Minas Gerais. Além deles, o rio Tietê é afluente do rio Paraná, a montante (rio acima) da Usina de Jupia.

A Companhia construiu um canal - Canal de Pereira Barreto - com cerca de 9,6 km de comprimento, interligando os reservatórios das usinas de Três Irmãos e Ilha Solteira, o que permite sua operação integrada. As usinas da Companhia, na área de influência da bacia do rio Paraná, situam-se a jusante (rio abaixo) de outras usinas hidrelétricas existentes a montante, de modo que se beneficiam de estar praticamente no fim da cascata, tendo apenas a usina de Itaipu à jusante. A região é tropical, de elevados índices de precipitação pluviométrica. Riscos de escassez de água por condições pluviométricas são cíclicos, de ocorrência eventual. Em situações críticas, o Poder Concedente atuará objetivando o equilíbrio econômico-financeiro dos agentes. Situações hidrológicas desfavoráveis, usualmente de curta duração, são cobertas pelo Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, um instrumento financeiro de compartilhamento de risco hidrológico de que o Setor Elétrico Brasileiro dispõe e que permite ao ONS buscar a otimização dos recursos hidrelétricos através do despacho por usina, de modo que insuficiências temporárias de cada agente gerador do sistema são cobertas por geração adicional de outros geradores, a uma Tarifa de Otimização - TEO de R\$ 8,99 por MWh (Resolução Homologatória ANEEL nº 1098, de 14 de dezembro de 2010, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2011). Durante 2010 vigorou a TEO de R\$ 8,51 por MWh (Resolução Homologatória ANEEL nº 926, de 15 de dezembro de 2009).

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da CESP foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Interpretações e as Orientações Técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. A Companhia adotou todos os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo CPC e IASB que são efetivos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011. As principais práticas contábeis foram aplicadas de forma consistente nos exercícios apresentados.

2.1 Base de Elaboração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros, mensurados pelos seus valores justos, quando requerido nas normas. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

A CVM, entre 2009 e 2011, aprovou diversos pronunciamentos técnicos, interpretações e orientações técnicas emitidas pelo CPC, que alteraram determinadas práticas contábeis anteriormente adotadas no Brasil. As demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e 2010 contemplam a adoção desses normativos.

2.2 Moeda Funcional e Conversão de Saldos e Transações em Moeda Estrangeira

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do ambiente econômico em que a empresa atua. As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da Companhia, são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas em que as transações foram realizadas.

Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa vigente na data do balanço patrimonial. Os ganhos e perdas decorrentes da liquidação de transações em moeda estrangeira e resultantes da conversão de ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração de resultado.

3 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia é como segue.

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras, com vencimento original inferior a 90 dias. Essas aplicações estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos exercícios, com liquidez imediata e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

3.2 Ativos financeiros

Os instrumentos financeiros ativos podem ser classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros "mensurados ao valor justo por meio do resultado", investimentos "mantidos até o vencimento", ativos financeiros "disponíveis para venda" e "empréstimos e recebíveis". A classificação depende da natureza e finalidade dos instrumentos financeiros ativos e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

Em 31 de dezembro de 2011 a CESP possuía instrumentos financeiros classificados nas categorias de "ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado", "empréstimos e recebíveis".

3.2.1 Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em mercado

ativo. Esses ativos são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial.

A Companhia tem como principais ativos financeiros classificados nesta categoria:

- Consumidores e revendedores (Nota 6)
- Valores a receber (Nota 6)
- Outros créditos (Nota 11)

As contas a receber de consumidores e revendedores incluem os valores de fornecimento e suprimento de energia elétrica, registrados conforme os contratos de energia que estabelecem quantidades, preços e forma de reajustes.

3.2.2 Mensurados ao valor justo através do resultado

São ativos financeiros os (i) mantidos para negociação no curto prazo; (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou; (iii) derivativos. Estes ativos são registrados pelos respectivos valores justos e, quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Os ativos financeiros que a Companhia tem classificados nesta categoria são:

- Cauções e depósitos vinculados (Nota 8)
- Quotas subordinadas - FIDC (Nota 8)

3.2.3 Método de juros efetivos

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os valores pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções) durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial.

3.2.4 Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada exercício. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

Uma evidência objetiva pode incluir:

- Dificuldade financeira significativa do emissor ou contraparte;
- Violação de contrato, como uma inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros e principal;
- Probabilidade de o devedor ter sua falência declarada.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

A Provisão para perda Estimada de Créditos é constituída, se necessário, com base na avaliação individual da estimativa de perda, sendo considerada suficiente para cobrir prováveis perdas na realização dos créditos a receber. Para ativos financeiros registrados ao custo amortizado, se em um período subsequente o valor da perda da redução ao valor recuperável diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente a um evento ocorrido após a redução ao valor recuperável ter sido reconhecida, a perda anteriormente reconhecida é revertida por meio do resultado, desde que o valor contábil do investimento na data dessa reversão não exceda o eventual custo amortizado se a redução ao valor recuperável não tivesse sido reconhecida.

3.3 Almoarifado

Os materiais em estoque nos almoarifados, classificados no ativo circulante (quando para manutenção), estão registrados ao custo médio ponderado de aquisição, deduzidos de provisão para redução ao valor de mercado, quando aplicável.

3.4 Investimentos

Os investimentos estão registrados ao custo de aquisição, deduzido de provisão para redução ao valor de mercado, quando requerido ou aplicável.

3.5 Imobilizado

A Companhia adotou o valor justo para determinar o custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição das demonstrações contábeis para IFRS (01/01/2009). O CPC 37/IFRS 1 denomina custo atribuído como o montante utilizado como substituto para o custo (ou o custo depreciado ou amortizado) em determinada data. Assim, alguns itens do ativo imobilizado, que estavam com valor contábil inferior e/ou superior ao seu valor justo, tiveram seus custos contábeis substituídos pelos valores atribuídos para que a posição patrimonial e financeira da Companhia fosse expressa com maior fidedignidade. A contrapartida dessa mais valia foi registrada na conta "Ajustes de Avaliação Patrimonial", no Patrimônio líquido.

Os custos diretamente atribuídos às obras, bem como os juros e encargos financeiros referentes a empréstimos tomados com terceiros, durante o período de construção, são registrados no ativo imobilizado em curso.

Quando componentes significativos do ativo imobilizado são substituídos, esses componentes são reconhecidos como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear, com base nas taxas anuais estabelecidas e revisadas periodicamente pela ANEEL, as quais são praticadas e aceitas pelo mercado como representativas da vida útil-econômica dos bens vinculados à infraestrutura da concessão. Os valores residuais e a vida útil-econômica dos ativos são revisados no final de cada exercício social e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil, ajustados por eventuais provisões para *impairment*, e são reconhecidos em "Ganhos na Alienação de Bens e Direitos" na demonstração do resultado.

3.6 Redução ao valor de recuperação de ativos (impairment)

Os bens do ativo imobilizado são avaliados quando há evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando houver perda, decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor de preço líquido de venda do ativo, esta é reconhecida no resultado do exercício.

A metodologia de cálculo é como segue:

- Fluxo de caixa futuro das operações, descontado a valor presente, para cada usina ou complexo considerado como o menor nível de unidade geradora de caixa. Esse fluxo abrange o período remanescente da concessão, sem incluir eventual período de prorrogação ou renovação;
- Fluxo de caixa futuro do valor da indenização ao final da concessão, descontado a valor presente. A Administração adotou como premissa que o valor de indenização mínimo a ser recebido da União Federal, no processo de reversão dos bens, será o valor residual dos bens apurado pelo custo atribuído, e depreciados até a data do vencimento da concessão.

3.7 Passivos Financeiros

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação, quando a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A CESP baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

Estes passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido. Os principais passivos financeiros classificados nesta categoria são:

- Empréstimos e financiamentos (Nota 13)
- Encargos de dívidas (Nota 13)
- FIDC's (Nota 14)
- Valores a pagar (Nota 15)

3.8 Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

Programa de investimentos em pesquisa e desenvolvimento, para o qual as concessionárias de energia elétrica estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida para esse programa, conforme Lei nº 9.991/00 e Regulamentações ANEEL nºs 300/08 e 316/08. Este percentual é recolhido na proporção de 40% ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT e 20% para Empresa de Pesquisa Energética - EPE e Ministério de Minas e Energia. O remanescente (40%) é destinado a projetos/programas de P&D da Companhia.

3.9 Provisão para riscos legais

O CPC 25/IAS 37 define provisão como passivo de prazo ou valor incerto e passivo contingente como uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011
(Valores em milhares de reais)

correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada exercício, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado ou diretamente no patrimônio líquido.

3.12 Planos de benefícios pós-aposentadoria

A Companhia patrocina planos de aposentadoria e assistência médica aos seus empregados, administrados pela Fundação CESP.

A Companhia patrocina planos de benefícios aos seus empregados, na modalidade de plano de benefício definido (BD) e, também, de contribuição definida (CD). Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas à Fundação CESP, não tendo obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados, os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior. Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, tais como idade, tempo de contribuição e remuneração.

Os valores dos compromissos atuariais relacionados ao plano BD (contribuições, custos, passivos e/ou ativos) são calculados anualmente por atuário independente com data-base que coincide com o encerramento do exercício e são registrados conforme previsto no CPC 33/IAS 19.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, reduzido do valor justo dos ativos do plano, com os ajustes dos custos de serviços passados não reconhecidos.

A adoção do método crédito unitário projetado, agrega cada ano de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, somando-se até o cálculo da obrigação final. São utilizadas outras premissas atuariais que levam em consideração tabelas biométricas e econômicas além de dados históricos dos planos de benefícios, obtidos da Fundação CESP.

A partir de 2005, os ganhos e perdas atuariais passaram a ser registrados diretamente no resultado do exercício.

3.13 Reconhecimento da receita

O Processo de Comercialização de Energia Elétrica ocorre de acordo com parâmetros estabelecidos pela Lei nº 10.848/04, pelos Decretos nºs 5.163/04 e 5.177/04 (o qual instituiu a CCEE), e pela Resolução Normativa ANEEL nº 109/04, que instituiu a Convenção de Comercialização de Energia Elétrica.

As relações comerciais entre os Agentes participantes da CCEE são regidas predominantemente por contratos de compra e venda de energia de médio e longo prazo, e todos os contratos celebrados entre os Agentes no âmbito do Sistema Interligado Nacional devem ser registrados na CCEE.

A Companhia opera nos seguintes segmentos de energia elétrica:

3.13.1 Fornecimento de energia

Venda de energia a preço e condições livremente negociados a consumidores livres - grandes consumidores finais que optaram em não adquirir energia dos distribuidores locais.

3.13.2 Suprimento de energia - leilão

Nesse segmento a Companhia vende sua energia às concessionárias de Distribuição, mediante leilões organizados pelo Poder Concedente em contratos de médio e longo prazo.

3.13.3 Suprimento de energia - contratos

Refere-se à venda direta de energia a empresas comercializadoras em contratos livremente negociados e também inclui contratos celebrados com as concessionárias de distribuição com mercado próprio inferior a 500 GWh/ano, por opção destas, no ambiente regulado.

3.13.4 Energia de curto prazo

A CCEE contabiliza as diferenças entre o que foi produzido, consumido e contratado. As diferenças positivas ou negativas são liquidadas e valoradas ao Preço de Liquidação das Diferenças - PLD.

Integram o Mercado de Curto Prazo as quantidades processadas no âmbito do Mecanismo de Realocação de Energia, mecanismo de compartilhamento dos riscos hidrológicos associados à otimização eletroenergética do Sistema Interligado Nacional/SIN, de modo que a energia que um agente integrante do MRE deixa de produzir é realizada por outro agente e os volumes são remunerados pela tarifa de otimização de energia suficiente para cobrir os custos variáveis.

3.14 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas suas demonstrações contábeis ao final do exercício, com base no estatuto social da CESP. O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio está reconhecido na demonstração de resultado.

3.15 Apuração do resultado

As despesas são reconhecidas na demonstração do resultado quando surge um decréscimo, que possa ser determinado em bases confiáveis, nos futuros benefícios econômicos provenientes da diminuição de um ativo ou do aumento de um passivo.

3.16 Outros ativos e passivos

Os ativos são demonstrados pelos valores realizáveis e os passivos pelos valores conhecidos ou calculáveis, descontados a valor presente e acrescidos, quando aplicável, das variações monetárias e cambiais.

3.17 Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41/IAS 33.

O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do período pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações.

O estatuto da Companhia atribui direitos distintos às ações preferenciais Classe A e B e às ordinárias sobre os dividendos. Consequentemente, o lucro básico e o lucro diluído por ações são calculados pelo método de "duas classes". O método de "duas classes" é uma fórmula de alocação do lucro que determina o lucro por ação preferencial classe A e B e ordinária de acordo com os dividendos e os direitos de participação sobre lucros não distribuídos.

3.18. Informação por segmento

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio dos quais pode se obter receitas a incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da Companhia para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho e para o qual haja informação financeira individualizada disponível. O principal tomador de decisão é o diretor-presidente, sendo que a Companhia tem a política de submeter determinados assuntos a decisões colegiadas.

Os serviços são prestados utilizando-se uma rede integrada de geração de energia, e as operações são gerenciadas em bases consolidadas. Consequentemente, a Companhia concluiu que possui apenas um segmento passível de reporte que é de geração e comercialização de energia.

3.19 Demonstração do Valor Adicionado ("DVA")

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela CESP, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis individuais, pois, de acordo com as IFRS, não é uma demonstração prevista nem obrigatória.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

3.20 Principais Julgamentos Contábeis e Fontes de Incertezas nas Estimativas

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço são como segue:

Imposto de renda

É necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para impostos sobre a renda. Em muitas operações, a determinação final do imposto é incerta. O reconhecimento de imposto de renda diferido ativo requer avaliar se é provável a existência de resultados tributáveis futuros suficientes para realizar tal imposto de renda diferido ativo. A avaliação requer considerar o histórico de resultados tributáveis, expectativas de resultados tributáveis futuros assim como do momento de reversão de diferenças temporárias. Caso a CESP não consiga gerar resultados tributáveis futuros ou se ocorrer uma mudança significativa na estrutura tributária ou no período em que as diferenças temporárias serão utilizadas é possível que a avaliação de probabilidade mude podendo requerer a baixa, de parte ou todo, do imposto de renda diferido ativo.

Provisão para riscos legais

É definida com base em avaliação e qualificação dos riscos cuja probabilidade de perda é considerada provável. Esta avaliação é suportada pelo julgamento da Administração juntamente com seus assessores jurídicos considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da Administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis.

Vida útil do ativo imobilizado

As vidas úteis dos bens integrantes do saldo do ativo imobilizado são estabelecidas e revisadas periodicamente pela ANEEL, as quais são praticadas e aceitas pelo mercado como representativas da vida útil econômica dos bens vinculados a infraestrutura da concessão. A Administração revisa as vidas úteis econômicas dos bens anualmente, no final de cada exercício, para convalidar que essas vidas úteis continuam consistentes para utilização nesse negócio.

Teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração

Existem regras específicas para avaliar a recuperação dos ativos de vida longa, especialmente ativo imobilizado. Na data do encerramento do exercício social, a CESP realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável. Se tal evidência é identificada, o montante recuperável dos ativos é estimado pela Companhia.

O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior entre: (i) seu valor justo menos custos estimados de venda; e (ii) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados derivados pelo contínuo uso de um ativo até o fim da sua vida útil, ou da concessão.

Quando o valor contábil de um ativo excede o seu montante recuperável, a Companhia reconhece uma redução no saldo de livro desse ativo, quando aplicável.

O processo de revisão da recuperação de ativos é subjetivo e requer julgamentos significativos através da realização de análises.

Provisão para perda estimada de créditos

A Administração monitora individualmente os seus recebíveis e registra provisão para perda estimada de créditos para as perdas consideradas prováveis.

Plano de aposentadoria e benefícios pós-emprego

A Companhia reconhece sua obrigação com planos de benefícios a empregados e os custos relacionados, é determinado dos ativos do plano, adotando as seguintes práticas: (i) o custo das obrigações com benefícios pós-emprego é determinado atuarialmente usando o método do crédito unitário projetado. A taxa de desconto usada para cálculo da obrigação de benefícios futuros é uma estimativa da taxa de juros na data do balanço, sobre investimentos de renda fixa de alta qualidade, com vencimentos que coincidem com os vencimentos esperados das obrigações; e (ii) os ativos do plano de pensão são avaliados ao valor justo (marcação a mercado).

Nos cálculos atuariais os consultores atuariais também utilizam fatores subjetivos, como taxas de mortalidade, previsão de crescimento salarial, de desligamentos e de rotatividade.

As premissas atuariais usadas pela Companhia podem ser materialmente diferentes dos resultados reais devido a mudanças nas condições econômicas e de mercado, eventos regulatórios, decisões judiciais ou períodos de vida mais curtos ou longos dos participantes. Entretanto, a Companhia e seus atuários utilizaram premissas consistentes com as análises internas e externas para definição das estimativas utilizadas.

Transações envolvendo a compra e venda de energia no âmbito da CCEE

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com as informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa preparada pela Administração da Companhia, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

4 NORMAS E INTERPRETAÇÕES NOVAS REVISADAS, JÁ EMITIDAS E AINDA NÃO ADOTADAS

Normas, interpretações e alterações de normas em vigor em 31 de dezembro de 2011, editadas ou não e que não tiveram impactos relevantes sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

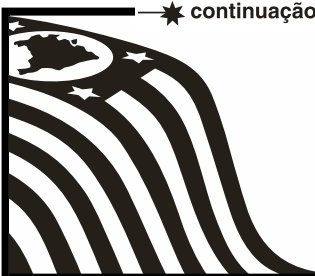
Norma	Principais exigências	Data de entrada em vigor
Modificações à IAS 1 - Melhoria - nas IFRSs - 2010	Alteração de diversos pronunciamentos contábeis que não trouxeram impactos nas demonstrações contábeis da Companhia.	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2011
IAS 24 - Divulgação sobre Partes Relacionadas	IAS 24 modificou dois aspectos: (a) introduz a isenção parcial das exigências de divulgação para entidades governamentais e (b) alterou a definição de parte relacionada. A adoção da definição revisada de parte relacionada de acordo com a IAS 24 (revisada em 2009) no exercício corrente permite a identificação de partes relacionadas não identificadas como tal de acordo com a norma anterior. As divulgações de partes relacionadas da Companhia já contemplam essas alterações uma vez que já consideram o CPC 5 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas às demonstrações contábeis.	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2011
IAS 32 - Classificação de Direitos	As alterações tratam da classificação de certos direitos denominados em uma moeda estrangeira como instrumentos patrimoniais ou passivos financeiros. De acordo com as modificações, os direitos, as opções ou bônus emitidos por uma entidade para que os titulares possam adquirir uma quantidade fixa de instrumentos patrimoniais da entidade por um valor fixo em qualquer moeda são classificados como instrumentos patrimoniais nas demonstrações contábeis da entidade desde que a oferta seja realizada proporcionalmente para todos os titulares existentes da mesma classe de instrumentos patrimoniais não derivativos. Anteriormente às modificações à IAS 32, os direitos, as opções ou bônus para a aquisição de uma quantidade fixa de instrumentos patrimoniais de uma entidade por um valor fixo em moeda estrangeira foram classificados como derivativos. As modificações exigem adoção retrospectiva. A adoção das modificações não afetou as demonstrações contábeis uma vez que a Companhia não emitiu instrumentos dessa natureza.	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2011
IFRIC 14 - Limite de Ativo de Benefício Definido	As alterações são aplicáveis quando uma entidade está sujeita às exigências de financiamento mínimo e realiza um pagamento antecipado de contribuições para cobrir essas exigências, permitindo que o benefício de tal pagamento antecipado seja reconhecido como um ativo. Essa interpretação não é aplicável à Companhia.	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2011
IFRIC 19 - Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos Patrimoniais	A interpretação fornece orientação sobre como contabilizar a extinção de um passivo financeiro por meio da emissão de instrumentos patrimoniais. Especificamente, de acordo com a IFRIC 19, os instrumentos patrimoniais emitidos de acordo com tal transação serão mensurados ao valor justo, e qualquer diferença entre o valor contábil do passivo financeiro extinto e o pagamento efetivo dos instrumentos patrimoniais emitidos será reconhecida no resultado. Essa interpretação não é aplicável à Companhia.	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2011

Em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil, durante o exercício de 2011, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, no compromisso de emitir os pronunciamentos, as orientações e as interpretações à medida que as novas normas internacionais são emitidas e revisadas, revisou as seguintes normas com vigência aos exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011:

- CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para a Divulgação da Informação Contábil.
- CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios.
- CPC 19 (R1) - Investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto (*Joint Venture*).
- CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos.
- CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária.
- CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis.
- CPC 35 (R1) - Demonstrações Separadas.
- CPC 36 (R2) - Demonstrações Consolidadas.
- ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão.

Os pronunciamentos e interpretação acima contemplam tanto alterações feitas pelo IASB após a aprovação do último documento, tomando-se por base o volume das IFRSs de 2011, quanto a certas compatibilizações de texto, visando não deixar dúvidas que os CPCs produzem os mesmos reflexos contábeis que a aplicação das IFRSs. As revisões não alteram a essência do pronunciamento original, não provocando valores contábeis diferentes dos anteriormente apurados. Em relação ao CPC 19 (R1), além de alterações de compatibilizações de texto, a versão revisada permite o reconhecimento de investimento em empreendimento controlado em conjunto (*joint venture*) pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações consolidadas. Na versão anterior, originalmente aprovada pelo CPC, essa opção que existe nas IFRSs emitidas pelo IASB foi eliminada, pois a prática contábil brasileira previa apenas o procedimento de consolidação proporcional para esse caso. As normas e alterações das normas existentes a seguir foram publicadas, mas não são obrigatórias para este exercício e não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte da Companhia:

Norma	Principais exigências	Data de entrada em vigor
IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgação	Aumento nas exigências de divulgações das transações envolvendo ativos financeiros, visando transparência às exposições de risco quando um ativo financeiro é transferido, mas ainda existe algum risco de exposição retido na Companhia. As alterações também exigem a divulgação da transferência de ativos financeiros quando não forem igualmente distribuídos no período. A Companhia entende que as alterações do referido pronunciamento não impactarão suas demonstrações contábeis.	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de julho de 2011
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	Introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros. Esclarece outras questões referentes ao IAS 39. A IFRS 9 retém, mas simplifica, o modelo de mensuração e estabelece duas categorias de mensuração principais para os ativos financeiros: custo amortizado e valor justo. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros. A orientação incluída na IAS 39 sobre "impairment" dos ativos financeiros e contabilização de hedge continua a ser aplicada. Períodos anteriores não precisam ser reapresentados se uma entidade adotar a norma para os períodos iniciados ou a iniciar antes de 1º de janeiro de 2012. A Companhia está avaliando os efeitos oriundos da aplicação da IFRS 9 e eventuais diferenças em relação ao IAS 39.	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013
IFRS 10 - Demonstrações Contábeis Consolidadas	Substituiu a IAS 27 em relação aos requerimentos aplicáveis às demonstrações contábeis consolidadas e a SIC 12. A IFRS 10 determinou um único modelo de consolidação baseado em controle, independentemente da natureza do investimento. Adicionalmente, a IFRS 10 inclui uma nova definição de controle que contém três elementos: (a) poder sobre uma investida; (b) exposição, ou direitos, a retornos variáveis da sua participação na investida e (c) capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor dos retornos ao investidor. Essa interpretação não é aplicável à Companhia.	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013
IFRS 11 - Contratos Compartilhados	Eliminou o modelo de consolidação proporcional para as entidades com controle compartilhado, mantendo apenas o modelo pelo método da equivalência patrimonial. Eliminou também o conceito de "ativos com controle compartilhado", mantendo apenas "operações com controle compartilhado" e "entidades com controle compartilhado". Essa interpretação não é aplicável à Companhia.	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013
IFRS 12 - Divulgações de Participações em Outras Entidades	Expandiu os requerimentos de divulgações qualitativas que devem ser realizadas pela entidade em relação às participações em controladas, em acordos em conjunto ou entidades não consolidadas, que incluem julgamentos e premissas significativas para determinar se suas participações exercem controle, influência significativa ou a classificação dos acordos em conjunto entre "joint operations" e "joint ventures", bem como outras informações sobre a natureza e extensão de restrições significativas e riscos associados. Essa interpretação não é aplicável à Companhia.	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013
IFRS 13 - Mensurações ao Valor Justo	Substituiu e consolida todas as orientações e requerimentos relacionados à mensuração ao valor justo contidos nos demais pronunciamentos das IFRSs em um único pronunciamento. A IFRS 13 define valor justo, orienta como determinar o valor justo e os requerimentos de divulgação relacionados à mensuração do valor justo. Entretanto, ela não introduz nenhum novo requerimento ou alteração com relação aos itens que devem ser mensurados ao valor justo, os quais permanecem nos pronunciamentos originais. A administração acredita que essa norma não impactará relevantemente as demonstrações contábeis da Companhia.	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013
IAS 27 - Demonstrações Separadas	Requerimentos da IAS 27 relacionados às demonstrações contábeis consolidadas são substituídos pela IFRS 10. Requerimentos para demonstrações contábeis separadas são mantidos. Essa interpretação não é aplicável à Companhia.	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013
IAS 12 - Tributos sobre o Lucro	Impostos diferidos - recuperação dos ativos subjacentes quando o ativo é mensurado pelo método de valor justo de acordo com a IAS 40. As modificações à IAS 12 apresentam uma exceção aos princípios gerais da IAS 12 no sentido de que a mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos devem refletir os efeitos fiscais resultantes da maneira na qual a entidade espera recuperar o valor contábil de um ativo. Especificamente, de acordo com as modificações, espera-se que as propriedades para investimento mensuradas com base no modelo de valor justo de acordo com a IAS 40 Propriedade para Investimento sejam recuperadas através de venda para fins de mensuração dos impostos diferidos, a menos que a premissa seja invalidada em determinadas circunstâncias. A Administração da Companhia entende que essa alteração da norma não afetará as demonstrações contábeis da CESP.	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2012
IAS 28 - Investimentos em Coligadas e Controladas em Conjunto	Revisão da IAS 28 para incluir as alterações introduzidas pelos IFRSs 10, 11 e 12. Esclarece os conceitos de "Influência Significativa", exemplos para aplicação do método de equivalência patrimonial e como realizar testes por "impairment" para coligadas e coligadas em conjunto. Essa interpretação não é aplicável à Companhia.	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013
IAS 19 - Benefícios aos Empregados	Eliminação do enfoque do corredor ("corridor approach"), sendo os ganhos ou perdas atuariais reconhecidos como outros resultados abrangentes para os planos de pensão e ao resultado para os demais benefícios de longo prazo, quando incorridos, entre outras alterações. Não se espera que haja impactos relevantes nas informações da Companhia.	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011
(Valores em milhares de reais)

Norma	Principais exigências	Data de entrada em vigor
IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis	As modificações à IAS 1 permitem apresentar o resultado e outro resultado abrangente e uma única demonstração ou em duas demonstrações separadas e consecutivas. No entanto, as modificações à IAS 1 exigem divulgações adicionais na seção de outro resultado abrangente de forma que os itens de outro resultado abrangente sejam agrupados em duas categorias: (a) itens que não serão reclassificados posteriormente no resultado e (b) itens que serão reclassificados posteriormente no resultado de acordo com determinadas condições. O imposto de renda sobre os itens de outro resultado abrangente será destinado da mesma forma. A administração acredita que essa norma não impactará relevantemente as demonstrações contábeis da Companhia.	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013

IFRIC 20 - Custos de Produção sobre Mineração	Esclarece como proceder quanto ao custo de produção associados remoção da superfície de uma mina, inclusive sobre reconhecimento inicial dos ativos, ativos não correntes, depreciação e amortização, entre outros. Essa interpretação não é aplicável à Companhia.	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013
---	---	---

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRSs novas e revisadas apresentadas acima. Em decorrência do compromisso do CPC e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

5 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

As aplicações financeiras, resumidas no quadro a abaixo, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDB's, que se caracterizam pela venda de título com o compromisso, por parte das instituições financeiras, de recomprá-lo e, do comprador, de revendê-lo no futuro e são remuneradas a 95% e 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, e ao Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios - SIAFEM, fundo 95% lastreado em títulos do Tesouro Nacional e 5% em Letra Financeira do Tesouro Estadual, remuneradas a 95% e 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

	Tipo de Aplicação	2011	2010
Caixa			
Depósitos bancários à vista		3.367	77
Aplicações Financeiras			
Banco do Brasil S.A. - SIAFEM	Fundo	423.683	155.896
Banco Bradesco S.A.	CDB/CDI	10.481	9.067
Outras instituições	CDB/CDI	7.441	5.720
		444.972	170.760

6 VALORES A RECEBER

O quadro a seguir, resume os valores a receber de acordo com a classe de receita, sendo que a descrição de cada classe é apresentada nos subtópicos seguintes:

	2011	2010
Consumidores		
Industrial (a)	59.505	58.072
Comercial	268	-
Serviços públicos	20.479	16.338
	80.252	74.410
Revendedores		
Contratos de compra de energia	7.702	6.079
Agentes comercializadores	26.426	28.212
Leilões de energia	238.568	222.555
	272.696	256.846
Energia Livre/CCEE		
Energia Livre (RTE) - Despacho ANEEL nº 2517	14.160	13.651
CCEE (b)	33.103	29.903
	47.263	43.554
Total	400.211	374.810

(a) A Companhia mantém registrada provisão para perda estimada de créditos no valor de R\$ 4.172, para cobrir prováveis riscos na realização de saldos de consumidores, além de R\$ 14.312 relacionados a outros recebíveis registrados como outros créditos (Nota 7).

(b) Mediante declaração da Câmara de Comercialização de Energia - CCEE sobre o desligamento de um dos clientes das Companhias, por descumprimento de obrigação, a Companhia mantém registrada provisão para perda estimada de créditos no valor de R\$ 3.824 (Nota 7).

6.1 Consumidores e Revendedores

A Companhia possui certo grau de concentração em sua carteira de clientes. Em 31 de dezembro de 2011, a concentração dos sete principais clientes é de 34% do total da carteira (34% em 31 de dezembro de 2010).

6.2 Energia Livre - RTE

Em 26 de agosto de 2010, a Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira - SFF da ANEEL emitiu o Despacho nº 2517, que fixou os montantes finais de repasse de Energia Livre a serem repassados entre Distribuidoras e Geradoras, signatárias do Acordo Geral do Setor Elétrico, cuja composição é demonstrada abaixo:

Energia Livre (RTE)	2011	2010
Saldo inicial em 31.12.2010		13.651
Atualização (Nota 27)		2.729
Recebimentos		(2.220)
Saldo final em 31.12.2011		14.160

6.3 Energia de Curto Prazo - CCEE

Representa a variação apurada mensalmente, resultante do balanço processado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, entre compromissos assumidos pela Companhia com seu mercado e demais Agentes da CCEE "versus" o efetivo comportamento de cada integrante do sistema.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Companhia comercializou o montante de R\$ 148.245 (R\$ 144.889 em 2010) referente à energia não contratada (receita), disponível para venda no âmbito da CCEE (Nota 24.3).

7 PROVISÃO PARA PERDA ESTIMADA DE CRÉDITOS

O saldo e movimentação da provisão para perda estimada de créditos tem a seguinte composição:

	Consumidores (Nota 6.1)	Valores a Receber (Nota 6.3)	Outros créditos (Nota 11)	Total
Saldo em 31.12.2010	(4.172)	(3.824)	(13.112)	(21.108)
Adições	-	-	(1.200)	(1.200)
Saldo em 31.12.2011	(4.172)	(3.824)	(14.312)	(22.308)

8 CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

	2011	2010
Circulante		
Cauções e depósitos vinculados		
Depósitos vinculados (a)	-	171.266
Não Circulante		
Depósitos Judiciais (b)		
Ações cíveis	149.320	142.473
Ações trabalhistas - recursais	29.507	19.657
Ações tributárias	32.063	31.998
Ações ambientais	165.469	150.093
Outros	-	92
	376.359	344.313
Cauções		
Quotas subordinadas - FIDC (c)	75.820	74.860
	452.179	419.173
Total	452.179	590.439

(a) Refere-se à aquisição de US\$ 102.783 mil efetuada em outubro e novembro de 2010 e utilizada para liquidação do empréstimo *Medium Term Notes*, bônus Série 6 em 28 de fevereiro de 2011 (Nota 13.2 (3.a));

(b) Do total de depósitos judiciais, estão relacionados com provisões para riscos legais o montante de R\$ 346.466 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 319.298 em 2010; Nota 20);

(c) Crédito caucionado equivalente a quotas pertencentes à CESP, vinculadas ao Fundo de Investimento em Direito Creditório/FIDC (IV - 72 quotas), que só poderão ser resgatadas no vencimento da última parcela, concomitantemente com a liquidação do fundo, com vencimento para maio/2017. O saldo das quotas é ajustado mensalmente pelo valor da cotação de mercado.

9 TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS COMPENSÁVEIS

	2011	2010
Circulante		
Imposto de renda (a)	9.290	4.148
Contribuição social (b)	1.538	1.485
COFINS a compensar	3.016	3.346
PIS a compensar	799	3.290
	14.643	12.269

(a) Saldo remanescente de créditos de imposto de renda decorrente de retenções na fonte, atualizados pela SELIC, e de recolhimento por estimativa, utilizáveis na compensação de tributos e contribuições sociais.

(b) Refere-se a saldo de contribuição social decorrente de recolhimento por estimativa, atualizados pela SELIC, utilizáveis na compensação de tributos e contribuições sociais.

10 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

A Companhia possui créditos fiscais totais (nominais) no montante de R\$ 2.128.410, sendo: R\$ 1.601.043 de imposto de renda (formado por prejuízos fiscais de R\$ 1.177.151 e diferenças temporariamente não dedutíveis de R\$ 423.892), e de contribuição social de R\$ 527.367 (formado por base negativa de R\$ 374.766 e diferenças temporariamente não dedutíveis de R\$ 152.601). Pela legislação tributária em vigor, o prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social são compensáveis com lucros tributáveis futuros, até o limite de 30% do resultado tributável de cada exercício, não estando sujeitos a qualquer prazo de prescrição.

Os saldos registrados até 31 de dezembro de 2011, de créditos de prejuízos fiscais - imposto de renda e base negativa de contribuição social diferidos, estão suportados por projeções financeiras preparadas pela Administração da Companhia e revisadas, para os próximos 10 anos, conforme recomendado pelo Poder Concedente e determinado pela CVM, que demonstram, de forma consistente, a realização dos saldos de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças intertemporais.

As projeções adotam como premissas básicas de faturamento a quantidade física de energia (MWh) e preços contratados com distribuidoras através de leilões de energia (realizados de 2004 a 2006), com início de atendimento/faturamento de 2009 a 2016, de 2009 a 2038 e de 2010 a 2039 (Nota 1.2); contratos de compra e venda de energia com pequenas distribuidoras; de fornecimento de energia a consumidores livres com prazos de atendimento/vencimento até 2021; a manutenção do nível de despesas operacionais e consideram a redução de despesas financeiras, que comprovam a obtenção de lucros tributáveis futuros.

Composição dos saldos:

	Ativo		Passivo	
	2011	2010	2011	2010
Imposto de renda				
Prejuízos fiscais registrados (a)	695.375	809.671	-	-
Prejuízos fiscais (não registrados)	481.776	600.152	-	-
Diferenças intertemporais (não registradas)	423.892	990.037	-	-
Ajuste do imobilizado - custo atribuído (ICPC 10)	-	-	662.179	737.755
Variações cambiais líquidas s/empréstimos e financiamentos	-	-	212.484	316.841
	1.601.043	2.399.860	874.663	1.054.596
Contribuição social				
Base negativa registrada (a)	250.687	291.898	-	-
Base negativa (não registrada)	124.079	162.080	-	-
Diferenças intertemporais (não registradas)	152.601	356.413	-	-
Ajuste do imobilizado - custo atribuído (ICPC 10)	-	-	238.385	265.592
Variações cambiais líquidas s/empréstimos e financiamentos	-	-	76.494	107.978
	527.367	810.391	314.879	373.570
Provisão sobre créditos tributários não registrados	(1.182.348)	(2.108.682)	-	-
	946.062	1.101.569	1.189.542	1.428.166

(a) Até dezembro de 2011, foi realizado o valor de R\$ 155.507, sendo compensado com (i) impostos correntes e apropriado a

débito do resultado, o valor de R\$ 81.461, referente a prejuízo fiscal, e R\$ 30.671 de base negativa (Nota 27); e (ii) na amortização de juros e multas de dívidas tributárias oriundas do parcelamento da Lei nº 11.941/2009, no Passivo de longo prazo, o valor de 43.375 sendo R\$ 32.834 de prejuízo fiscal e R\$ 10.541 de base negativa (Nota 17).

(b) A realização do passivo diferido refere-se principalmente ao Ajuste de avaliação patrimonial no valor de R\$ 102.783 e à liquidação de empréstimos no valor de R\$ 135.841. Desde o exercício de 2003, a Companhia adota o regime de caixa para tributação das variações cambiais auferidas. Como consequência, o imposto de renda e a contribuição social diferidos foram registrados no passivo, às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, sobre as diferenças intertemporais tributáveis, representadas pelas referidas variações cambiais ainda não realizadas sobre empréstimos e financiamentos não liquidados (Nota 27).

Os créditos fiscais registrados no total de R\$ 946.062, deverão ser realizados no período de até 10 anos, como demonstrado a seguir:

Exercício	2012	2013	2014	2015	2016	2017 à 2019	2020 e 2021	Total
Parcela Estimada de Realização	123.880	146.407	160.877	323.591	35.435	103.947	51.925	946.062

As estimativas de realização dos créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e provisões temporariamente não dedutíveis (do quadro acima) estão respaldadas nas projeções de lucros fiscais tributáveis da Companhia, que são revisadas periodicamente e aprovadas pelos órgãos da Administração. Essas projeções baseiam-se em premissas e o resultado final realizado pode divergir do projetado.

11 OUTROS CRÉDITOS

	2011	2010
Circulante		
Créditos de alienação de bens e direitos	974	1.354
Créditos diversos (a)	17.698	17.116
FIDC - conta vinculada	26.530	31.555
Ordens de projetos - P & D	34.721	27.942
Créditos de diferença quotas de RGR - 2009 (Eletrobrás)	349	4.712
DAEE - Cessão de créditos (b)	-	11.043
DAEE - Cessão de créditos (c)	16.486	-
Outros	1.082	1.719
	97.840	95.441
Não Circulante		
Créditos de alienação de bens e direitos	3.066	5.719
Bens destinados a alienação	1.361	1.361
DAEE - Cessão de créditos (c)	15.112	-
Ordens de projetos	-	13.319
	19.539	20.399
Total	117.379	115.840

(a) Saldo de créditos com diversas empresas e entidades com as quais a Companhia mantém operações. Para cobrir eventuais riscos na realização de alguns recebíveis, foram constituídas provisões para perda estimada de créditos no montante total de R\$ 14.312 (Nota 7).

(b) Refere-se a contrato firmado em 21 de julho de 2006 e aditivos, com o Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE, para recebimento em parcelas mensais, corrigidas pelo CDI acrescido de juros de 0,3% a.m., referente à cessão de créditos.

(c) Contrato firmado em 30 de novembro de 2011, com o Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE, para recebimento em 24 parcelas mensais, corrigidas pelo CDI acrescido de juros de 0,3% a.m., referente à cessão de créditos (repasse financeiro), com vencimento final em 30 de novembro de 2013.

12 IMOBILIZADO

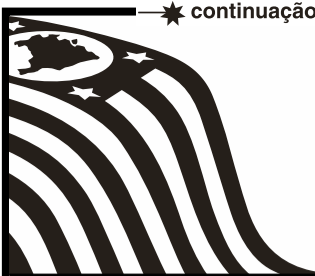
O saldo do ativo imobilizado em serviço segregado por natureza de bens, com os comentários contidos nas Notas 12.1 a 12.4 tem a seguinte composição:

	Taxas Anuais Médias de Depreciação %	2011		2010	
		Custo Total	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Em Serviço					
Terrenos	-	1.059.395	-	1.059.395	1.044.545
Reservatórios, Barragens e Aduadoras	2,0%	25.674.320	(15.537.330)	10.137.593	10.651.905
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	1,8%	7.548.079	(5.540.871)	2.007.208	2.141.982
Máquinas e Equipamentos	1,5%	8.408.173	(6.128.027)	2.280.146	2.373.613
Veículos	11,3%	20.135	(18.800)	1.335	2.690
Móveis e Utensílios	6,8%	29.513	(18.088)	11.425	12.579
		42.740.218	(27.243.116)	15.497.102	16.227.314
Em Curso					
Terrenos	-	1.894	-	1.894	480
Reservatórios, Barragens e Aduadoras	-	58.731	-	58.731	42.270
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	-	11.020	-	11.020	9.381
Máquinas e Equipamentos em Manutenção	-	90.497	-	90.497	69.184
Máquinas e Equipamentos em Montagem	-	79.787	-	79.787	55.050
Depósitos Judiciais	-	91.657	-	91.657	68.344
Outros	-	10.318	-	10.318	4.826
		343.904	-	343.904	249.535
Total		43.084.122	(27.243.116)	15.841.006	16.476.849

Em 7 de fevereiro de 2012, a ANEEL emitiu a Resolução Normativa nº 474, que estabeleceu as novas taxas anuais de depreciação, para os ativos em serviço outorgado do setor elétrico, determinando que as concessionárias procedam ao cálculo e à contabilização das novas quotas periódicas de depreciação a partir de 1º de janeiro de 2012. As taxas anuais de depreciação adotadas no serviço público de energia, para os bens vinculados de geração, são de 2% a 6,67%.

A movimentação dos saldos de ativo imobilizado está representada por:

	Saldo em 31.12.2010	Adições	Depreciação	Ativações	Reclassificação (Baixas)	Saldo em 31.12.2011
Em Serviço						
Terrenos	1.044.545	-	-	14.852	(2)	1.059.395
Reservatórios, Barragens e Aduadoras	10.651.905	-	(514.312)	-	-	10.137.593
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	2.141.982	-	(134.729)	-	(45)	2.007.208
Máquinas e Equipamentos	2.373.613	-	(129.465)	37.131	(1.132)	2.280.146
Veículos	2.690	-	(1.508)	139	14	1.335
Móveis e Utensílios	12.579	-	(1.628)	859	(385)	11.425
	16.227.314	-	(781.642)	52.981	(1.551)	15.497.102
Em Curso						
Terrenos	480	16.266	-	(14.852)	-	1.894
Reservatórios, Barragens e Aduadoras	42.					



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011
(Valores em milhares de reais)

em um aumento no ativo imobilizado de R\$ 3.553.278, em contrapartida da conta de imposto de renda e contribuição social diferidos de R\$ 1.208.115 (34%) e na conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial, no Patrimônio Líquido de R\$ 2.345.163. Os detalhes estão apresentados a seguir:

Usinas	01/01/2009		
	Custo atribuído limitado ao valor de recuperação	Valor contábil	Mais (menos) valia
Porto Primavera.....	8.917.513	10.912.754	(1.995.241)
Ilha Solteira + Três Irmãos.....	7.780.060	3.326.400	4.453.660
Jupiá.....	1.207.288	275.394	931.894
Paraibuna.....	141.296	20.905	120.391
Jaguari.....	45.618	3.044	42.574
Total	18.091.775	14.538.497	3.553.278
Impostos diferidos.....			(1.208.115)
Efeito no patrimônio líquido			2.345.163

12.5 Redução ao valor recuperável de ativos - Impairment

A Administração prepara anualmente estudos internos para avaliar a capacidade de recuperação do custo contábil do ativo imobilizado do parque gerador da Companhia em suas operações futuras, considerando os seguintes componentes e premissas:

- (a) Fluxo de caixa futuro das operações, descontado a valor presente, para cada usina considerada como o menor nível de unidade geradora de caixa. Esse fluxo abrangeu o período remanescente da concessão, sem incluir eventual período de prorrogação ou renovação;
- (b) Fluxo de caixa futuro do valor da indenização ao final da concessão, descontado a valor presente. A Administração adotou como premissa, que o valor de indenização mínimo a ser recebido da União Federal, no processo de reversão dos bens, será o valor residual dos bens avaliados ao custo de reposição (custo atribuído) depreciado pelas taxas estabelecidas pelo Poder Concedente até a data do vencimento da concessão;
- (c) Taxa de desconto compatível com o mercado (2009: 6,69%; 2010: 6,24%; 2011: 5,70% a.a. líquida de imposto de renda);
- (d) As usinas de Ilha Solteira e Três Irmãos foram consideradas como uma única Unidade Geradora de Caixa, dado que operam de forma integrada (complexo integrado).

Na revisão dos valores do saldo do ativo imobilizado avaliado a valor justo (custo atribuído) em 31.12.2010, verificou-se a necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável na Unidade Geradora de Caixa Jaguari.

	Imobilizado R\$	Impostos diferidos Passivo R\$	Patrimônio Líquido R\$
Saldo inicial em 01/01/2009.....	3.553.278	(1.208.115)	2.345.163
Realização no exercício.....	(300.574)	102.195	(198.379)
Saldo em 31.12.2009	3.252.704	(1.105.920)	2.146.784
Realização no exercício.....	(301.684)	102.573	(199.111)
Saldo em 31.12.2010	2.951.020	(1.003.347)	1.947.673
Realização no exercício.....	(302.303)	102.783	(199.520)
Saldo final em 31.12.2011	2.648.717	(900.564)	1.748.153

Valor de recuperação em 31.12.2010 38.726
Custo do imobilizado líquido em 31.12.2010..... (43.585)
Provisão para redução ao valor de recuperação..... (4.859)
Impairment Contabilizado em 31.12.2010..... (4.859)

As projeções de resultado integradas da Administração, em 31 de dezembro de 2011, não indicam problema de recuperação dos bens integrantes do ativo imobilizado (unidades geradoras de caixa).

13 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

13.1 Composição

Moeda	2011				2010			
	Circulante		Não Circulante		Circulante		Não Circulante	
	Encargos	Principal	Principal	Total	Encargos	Principal	Principal	Total
Moeda Estrangeira								
Instituições								
Financeiras (1).....	2.429	80.968	77.852	161.249	3.034	97.739	141.074	241.847
BNDES (2).....	2.087	66.872	657.570	726.529	2.196	56.530	367.389	706.115
Medium Term Notes (3).....	14.315	-	412.676	426.991	23.119	300.002	366.564	689.685
Outras Instituições.....	46	317	1.288	1.651	46	384	2.006	2.436
	18.877	148.157	1.149.386	1.316.420	28.395	454.655	1.157.033	1.640.083
Moeda Nacional								
Instituições								
Financeiras (4).....	18.084	196.558	77.990	292.632	970	44.351	99.790	145.111
Notas de Médio Prazo (5).....	39.002	-	960.235	999.237	39.299	-	899.341	938.640
ELETROBRÁS (6).....	13	5.215	35.764	40.992	-	5.231	40.979	46.210
	57.099	201.773	1.073.989	1.332.861	40.269	49.582	1.040.110	1.129.961
	75.976	349.930	2.223.375	2.649.281	68.664	504.237	2.197.143	2.770.044

13.2 Informações sobre operações em Moeda Estrangeira

(1) Devido diretamente ao Governo Federal, em dólares norte-americanos, e integra a reestruturação da dívida externa brasileira, concluída em 15 de abril de 1994, no contexto do Plano Brady, e o saldo de principal é composto como segue:

Tipo	Anos		Amortização	Taxa de Juros (%) a.a.	Principal	
	Vencido (b)	Carência (b)			2011	2010
Bônus de Conversão da Dívida (a)	18	10	17 parcelas semestrais	LIBOR semestral + 7/8	29.066	97.739
Bônus de Capitalização (a)	20	10	21 parcelas semestrais	5° e 6° anos - 5,00 7° ano - 8,00	129.754	141.074
					158.820	238.813

(a) Possuem garantia do Governo do Estado de São Paulo.
(b) A partir de 15 de abril de 1994.

(2) O saldo de principal de R\$ 724.442 (R\$ 703.919 em 2010) refere-se a contrato firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, em 4 de setembro de 2002, cujo montante original é de US\$ 552.650 mil, com amortização do principal a partir de 15 de abril de 2005, em 88 parcelas bimestrais e corrigido pela UMBNDES, acrescido de "spread" básico de 1,91% a.a. e de descausamento de 0,95% a.a., com vencimento de juros a partir de 15 de abril de 2003. O referido contrato é garantido pela União e contra garantido pelo Governo do Estado. Trata-se de contrato de permuta, composto por dívidas repactuadas anteriormente no contexto do "Plano Brady", referente a "Bônus ao Par" no valor de US\$ 325.516 mil e "Bônus de Desconto" no valor de US\$ 227.134 mil.

(3) Nesta rubrica estão registradas operações no mercado internacional de capitais, sem garantias, sendo o valor de principal em aberto distribuído da seguinte forma:

(a) Referia-se ao Bônus Série 6 (ISIN nº US12517GAD79): com saldo de R\$ 305.001 liquidado em 28 de fevereiro de 2011 (R\$ 300.002 em 2010) referente ao lançamento de Notas de Médio Prazo, ocorrido em 3 de março de 2006, no valor de US\$ 300 milhões, através dos bancos Finantia e Standard Bank, com juros semestrais de 10% a.a. e vencimento único dos títulos em fevereiro de 2011. Estes recursos destinaram-se à quitação de obrigações financeiras no mercado interno e obrigações externas garantidas pelo Tesouro Nacional. Em janeiro de 2007, foram liquidados antecipadamente R\$ 247.691 (principal) em processo de tender offer.

(b) Série 7 (ISIN nº US12517GAE52): saldo de R\$ 412.676 (R\$ 366.564 em 2010) referente ao lançamento de notas de médio prazo, ocorrido em 11 de agosto de 2006, no valor de US\$ 220 milhões, através dos bancos Finantia e Standard Bank, com juros semestrais de 9,25% a.a. e vencimento único dos títulos em agosto de 2013. Estes recursos destinaram-se à quitação de obrigações financeiras no mercado interno e obrigações externas garantidas pelo Tesouro Nacional.

Estes títulos integram o Programa de Notas de Médio Prazo da Companhia, no valor original de US\$ 700 milhões em 2001, aditado para US\$ 800 milhões em maio de 2002, US\$ 975 milhões em agosto de 2006 e US\$ 1,4 bilhões em janeiro de 2007.

As notas de médio prazo possuem algumas cláusulas restritivas, limitando a possibilidade da Companhia dar em garantia os seus ativos, em parte ou no todo, para saldar dívidas com terceiros; impossibilitando-a de firmar contratos de arrendamento na forma de "Sale and Leaseback" e obrigando ao cumprimento de determinados índices econômico-financeiros. No caso de descumprimento de tais índices por três trimestres consecutivos, a Companhia deverá resgatar as notas em um prazo de 30 dias. A Companhia tem cumprido os índices exigidos

16 DEMONSTRATIVO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS, FIDC E VALORES A PAGAR

Moeda	Contrato	Moeda	Nota Explicativa	Encargos Financeiros Anuais (%)	Vencimento Final	Periodicidade de Pagamentos		2011		2010		
						Encargos	Principal	Encargos	Circulante	Não Circulante	Total	
						Encargos	Principal	Encargos	Circulante	Circulante	Total	
Moeda Estrangeira												
Instituições Financeiras												
	BRADY - CAPITALIZAÇÃO	US\$	13.2 item 1	Taxa Fixa = 8% a.a.	abr-2014	Sem. (Abr e Out.)	Sem. (Abr e Out.)	18.877	148.157	1.149.386	1.316.420	1.640.083
	BRADY - CONVERSÃO	US\$	13.2 item 1	0,875% a.a. + LIBOR	abr-2012	Sem. (Abr e Out.)	Sem. (Abr e Out.)	2.429	80.968	77.852	161.249	241.847
	BRADY	US\$	13.2 item 2	2,86% a.a. + UMBNDES	abr-2019	(Fev,Abr,Jun,Ago,Out,Dez)	(Fev,Abr,Jun,Ago,Out,Dez)	2.087	66.872	657.570	726.529	706.115
BNDES								14.315	-	412.676	426.991	689.685
Medium Term Notes								-	-	-	-	310.029
	SÉRIE 6	US\$	13.2 item 3	Taxa Fixa = 10% a.a.	mar-2011	Sem. (Mar. e Set.)	Parcela Única no Final	-	-	-	-	310.029
	SÉRIE 7	US\$	13.2 item 3	Taxa Fixa = 9,25% a.a.	ago-2013	Sem. (Fev. e Ago.)	Parcela Única no Final	14.315	-	412.676	426.991	379.656
Outras Instituições								46	317	1.288	1.651	2.436
	ELETROPAULO	US\$		Div (0,8125% a.a. + LIBOR) até 8% a.a.	abr-2024	Sem. (Abr e Out.)	Sem. (Abr e Out.)	46	317	1.288	1.651	2.436
Moeda Nacional								57.099	201.773	1.073.989	1.332.861	1.129.961
Instituições Financeiras								18.084	196.558	77.990	292.632	145.111
	B. BRASIL - (BNDES / BIB's)	R\$	13.3 item 4	8,38119% a.a. + (IGP-M / TJLP - 6% a.a.)	mar-2014	Mensal	Mensal	705	46.558	58.197	105.640	145.111
	BRADESCO BBI	R\$	13.3 item 4	106% CDI	jan-2012	Final	Parcela Única no Final	16.976	150.000	-	166.976	-
	BNDES - Finame ITAÚ/BBA	R\$		(TJLP + 4,15% a.a.)	abr-2015	Trimestral	3 Parcelas no final	403	-	19.793	20.196	-
Medium Term Notes								39.002	-	960.235	999.237	938.640
Eletrobrás								13	5.215	35.764	40.992	46.210
	BÔNUS - SÉRIE 8	R\$	13.3 item 5	9,75% a.a. + IPC-A	jan-2015	Sem. Jan. e Jul.	Parcela Única no Final	-	-	-	-	-
	ELETROBRÁS - RGR	R\$	13.3 item 6	Taxa Fixa = 5% a.a.	nov-2019	Mensal	Mensal	-	5.001	34.592	39.593	44.595
	ELETROBRÁS - IRD	R\$		Taxa Fixa = 8% a.a.	ago-2020	Trim. (Fev,Mai,Ago,Nov)	Trim. (Fev,Mai,Ago,Nov)	13	214	1.172	1.399	1.615
Outras Dívidas								5.549	318.265	1.020.217	1.344.031	1.497.927
Fundo De Investimento em Direitos Creditórios								4.924	277.847	911.587	1.194.358	1.324.676
	FIDC IV	R\$		1,75% a.a. + CDI	mai-2017	Mensal	Mensal	4.924	277.847	911.587	1.194.358	1.324.676
Valores A Pagar								61.525	40.418	108.630	149.673	173.251
	ELETROBRÁS (FURNAS/ITAIPÚ)	R\$	15 item (a) e (b)	10% a.a. + IGP-M	out-2015	Mensal	Mensal	81.525	668.195	3.243.532	3.993.312	4.267.971

16.1 Movimentação de Empréstimos e financiamentos, FIDC e Valores a pagar

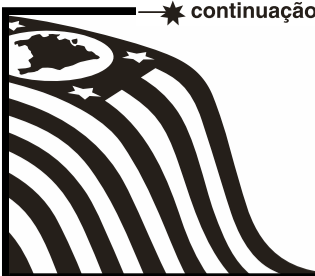
	Moeda		FIDC	Valores a Pagar	
	Nacional	Estrangeira		Pagar	Total
Saldo inicial em 31.12.2009.....	1.119.888	1.881.419	1.802.103	180.704	4.984.114
Ingressos.....	-	-	-	-	-
Juros e Comissões.....	99.139	145.332	29.268	17.414	291.153
Variações Monetárias.....	48.857	-	143.350	18.397	210.604
Variações Cambiais.....	-	(77.593)	-	-	(77.593)
Amortização de Principal.....	(42.137)	(206.405)	(650.045)	(34.607)	(933.194)
Amortização de Juros.....	(95.786)	(102.670)	-	(8.657)	(207.113)
Saldo em 31.12.2010	1.129.961	1.640.083	1.324.676	173.251	4.267.971
Ingressos.....	169.793	-	-	-	169.793
Juros e Comissões.....	107.041	97.026	24.073	15.762	243.902
Variações Monetárias.....	76.362	-	138.213	7.138	221.713
Variações Cambiais.....	-	149.761	-	-	149.761
Amortização de Principal.....	(47.390)	(465.954)	(292.604)	(35.764)	(841.712)
Amortização de Juros.....	(102.906)	(104.496)	-	(10.714)	(218.116)
Saldo final em 31.12.2011	1.332.861	1.316.420	1.194.358	149.673	3.993.312

13.3 Informações sobre operações em Moeda Nacional

(4) Nesta rubrica estão registradas operações com instituições financeiras nacionais, sendo o valor de principal em aberto distribuído da seguinte forma:

- (a) Valor de principal composto por saldo de R\$ 104.755 (R\$ 144.141 em 2010), referente ao contrato com a União (BNDES/BIBS), com amortização mensal até março de 2014 e garantia do Governo do Estado, acrescido de juros de 8,38119% a.a., indexado de duas formas:
Saldo de R\$ 83.717 (R\$ 116.327 em 2010), referente a parte dos direitos adquiridos do BNDES pela União, indexados pela TJLP com redutor de 6% a.a.
Saldo de R\$ 21.038 (R\$ 27.814 em 2010), referente ao acordo denominado BIBS - Brazil Investment Bond Exchange Agreement - títulos emitidos pela República Federativa do Brasil em troca de obrigações financeiras garantidas pela União com os bancos comerciais estrangeiros, indexados pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado/IGP-M.
- (b) Em 15 de janeiro de 2011 a Companhia efetuou o lançamento de 150 notas promissórias comerciais (commercial papers), no valor individual de R\$ 1.000, com juros remuneratórios equivalentes à variação acumulada de 106% da taxa média diária dos depósitos interfinanceiros de um dia, CDI over extra grupo, base 252 dias, com vencimento único em 26 de janeiro de 2012. O saldo em 31 de dezembro de 2011 totaliza R\$ 150.000 de principal e foi utilizado para liquidação das notas emitidas no mercado internacional de capitais da Série 6 (Nota 13.2.3 (a)). As notas promissórias foram liquidadas no seu vencimento.
- (c) Em 1º de abril de 2011 a Companhia efetuou a contratação de FINAME junto ao ITAÚ/BBA para reparo de 4 máquinas para as unidades geradoras da UHE de Ilha Solteira, a ser liberado em 4 parcelas de R\$ 10.000 cada, corrigidas pela TJLP e acrescidas de juros trimestrais de 4,15% a.a., com vencimento em 3 parcelas no final em 48 meses (15/04/2015). O saldo do principal em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 19.793.
- (5) Em 22 de janeiro de 2007, a Companhia efetuou o lançamento de Notas de Médio Prazo no mercado internacional, títulos fixados em reais, corrigidos pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo/IPCA, no valor de R\$ 750 milhões, com juros semestrais de 9,75% a.a., com vencimento único de principal em 15 de janeiro de 2015. O saldo de principal desta operação em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 960.235 (R\$ 899.341 em 2010).
- (6) Saldo de principal de R\$ 40.979 (R\$ 46.210 em 2010), referente aos financiamentos com a ELETROBRÁS, como segue:
(a) Saldo de R\$ 39.593 (R\$ 44.595 em 2010) refere-se ao principal de financiamentos para obras civis e montagem eletromecânica da Usina de Porto Primavera, com pagamento mensal remunerado à taxa de 5% a.a., vencíveis até 30 de novembro de 2019.
(b) Saldo de R\$ 1.386 (R\$ 1.615 em 2010) refere-se ao principal de financiamentos para aquisição de materiais e equipamentos, formalizados através de Instrumento de Reconhecimento de Débito/IRD, com pagamento trimestral remunerado à taxa fixa de 8% a.a., vencíveis até 15 de agosto de 2020.

13.4 O saldo devedor de principal em moeda estrangeira apresenta a seguinte composição:



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011
(Valores em milhares de reais)

Movimentação:			
Tributos e contribuições sociais - parcelamentos* (CP) 12/2010			35.094
Tributos e contribuições sociais - parcelamentos* (LP) 12/2010			115.083
Saldo em 31.12.2010			150.177
(-) Prejuízo Fiscal utilizado			(32.834)
(-) Base Negativa utilizado			(10.541)
(-) Antecipações			(15.636)
(-) Ganho na consolidação			(19.956)
(+) Atualização/juros			3.127
(-) Pagamentos			(19.365)
Saldo em 31.12.2011			<u>54.972</u>

Composição:	2011		
	Circulante	Não Circulante	Total
Dívidas Previdenciárias - RFB	16.077	22.776	38.853
Dívidas Tributárias - PGFN	3.315	2.762	6.077
Dívidas Tributárias - RFB	10.042	-	10.042
	<u>29.434</u>	<u>25.538</u>	<u>54.972</u>

Quando da consolidação, foram efetuadas as opções de prazo disponibilizadas, sendo que a Companhia optou pelos prazos de pagamento de (i) dívidas previdenciárias: 36 parcelas; (ii) dívidas tributárias - PGFN: 29 parcelas e (iii) dívidas tributárias - RFB: 13 parcelas. O primeiro recolhimento foi efetuado em junho/2011, sendo as parcelas mensais e atualizadas pela SELIC.

18 ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA A EMPREGADOS

	2011			2010
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
- Contrato de Benefício Suplementar				
- Proporcional Saldado - BPS:	18.676	91.826	110.502	104.152
- Contrato de Dívida - outros	14.806	72.796	87.602	119.155
- Ajuste CPC 33/IAS 19	<u>(33.482)</u>	<u>(159.075)</u>	<u>(192.557)</u>	<u>(223.307)</u>
	-	5.547	5.547	-

18.1 Planos de Benefícios

A CESP patrocina planos de benefícios de aposentadoria e pensão para seus empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários, com o objetivo de complementar os benefícios fornecidos pelo sistema oficial da previdência social. A Fundação CESP é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela CESP. A CESP, através de negociações com os sindicatos representativos da categoria, reformulou o plano em 1997, tendo como característica principal o modelo misto, composto de 70% do salário real de contribuição como benefício definido, e 30% do salário real de contribuição como contribuição definida. Essa reformulação teve como objetivo equacionar o déficit técnico atuarial e diminuir o risco de futuros déficits. Adicionalmente aos benefícios do plano, a CESP oferece aos seus empregados outros benefícios como assistência médica e odontológica.

O custeio do plano para o benefício definido é paritário entre a Companhia e os empregados. O custeio da parcela estabelecida como contribuição definida é paritário entre a Companhia e os empregados baseado em percentual escolhido livremente pelo participante até o limite de 2,5%. As taxas de custeio são reavaliadas, periodicamente, por atuário independente.

O Benefício Suplementar Proporcional Saldado/BSPS é garantido aos empregados participantes do plano de suplementação que aderiram ao novo modelo implementado a partir de 1º de janeiro de 1998, e vierem a se desligar, mesmo sem estarem aposentados. Esse benefício assegura o valor proporcional da suplementação relativo ao período do serviço anterior à data da reformulação do novo plano de suplementação. O benefício será pago a partir da data em que o participante completar as carências mínimas previstas no regulamento do novo plano.

18.2 Demonstração do Passivo a ser registrado de acordo com CPC 33/IAS 19

Com base na avaliação atuarial elaborada por atuário independente em 31 de dezembro de 2011, seguindo os critérios determinados pelo CPC 33/IAS 19, a composição de ativos e passivos dos relativos à cobertura dos planos de benefícios definidos - BD é como segue:

18.2.1. Premissas Atuariais

	2011		2010	
	Taxas Reais	Taxas Nominais	2011	2010
Taxa utilizada para o desconto a valor presente do passivo atuarial	5,50%	9,72%	10,24%	
Taxa de retorno esperada sobre os ativos do plano	5,50%	9,72%	11,28%	
Taxa de crescimento salarial	3,00%	7,12%	7,12%	
Taxa de inflação		4,00%	4,00%	
Índice de reajuste de benefícios concedidos				
- de prestação continuada		IGP-DI	IGP-DI	
Fator de capacidade do benefício/salário preservar seu poder aquisitivo		0,9784	0,9784	
Taxa de rotatividade		nula	nula	
Tábua de mortalidade geral		AT - 83	AT - 2000	
		(LIGHT-FRACA +	LIGHT-MÉDIA)	
		LIGT-MÉDIA)/2	LIGT-MÉDIA	
Tábua de mortalidade de inválidos		AT - 49	AT - 83	
Tábua de mortalidade de ativos		Método de Hamza	Método de Hamza	
Nº de participantes ativos		1.285	1.404	
Nº de participantes inativos - aposentados sem ser por invalidez		4.125	4.052	
Nº de participantes inativos - aposentados por invalidez		209	211	
Nº de participantes inativos - pensionistas		803	768	

18.2.2. Avaliação Atuarial

Na avaliação atuarial do plano foi adotado o método do crédito unitário projetado. O ativo líquido dos planos de benefícios é avaliado pelos valores de mercado (marcação a mercado). A Companhia, a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2005, optou por deixar de diferir os ganhos ou perdas atuariais futuros, passando a reconhecê-los imediatamente no resultado do exercício.

Plano BSPS - Cobertura BD vigente até 31 de dezembro de 1997:

Trata-se de cobertura do tipo Benefício Definido relativa a um Benefício Definido Saldado, que concede um Benefício Suplementar Proporcional Saldado (B.S.P.S.), na forma de renda vitalícia reversível em pensão, aos participantes inscritos até 31/12/97, de valor definido em função da proporção do tempo de serviço passado acumulado até a referida data, a partir do cumprimento dos requisitos regulamentares de concessão. A responsabilidade total pelas insuficiências atuariais dessa cobertura é da Patrocinadora CESP.

(a) Conciliação dos ativos e passivos do Plano

	2011	2010
Valor da obrigação atuarial líquida	(3.528.371)	(3.312.481)
Valor justo dos ativos dos planos	3.522.824	3.384.338
Total do ativo (passivo) líquido	<u>(5.547)</u>	<u>71.857</u>

(b) Movimentação do passivo atuarial

	2011	2010
Valor presente da obrigação atuarial total líquida	(3.312.481)	(3.082.386)
Custo dos juros	(339.198)	(315.636)
Ganho atuarial	(134.490)	(143.566)
Benefícios pagos	257.798	229.107
Valor presente da obrigação atuarial total líquida	<u>(3.528.371)</u>	<u>(3.312.481)</u>

(c) Movimentação do ativo do plano

	2011	2010
Valor justo do ativo do plano	3.384.338	2.969.583
Contribuição do empregador	40.778	55.238
Rendimentos dos ativos do plano	(257.798)	(229.107)
Rendimento esperado dos ativos do plano	381.753	334.965
Ganho/(perda) atuarial	(26.247)	253.655
Valor justo do ativo do plano	<u>3.522.824</u>	<u>3.384.338</u>

(d) Movimentação do passivo contábil

	2011	2010
Saldo inicial	-	112.803
(Receita) despesa do exercício	(42.555)	(19.333)
Contribuições pagas	(40.778)	(55.238)
Ganho/(perda) atuarial	88.880	(38.232)
Saldo final	<u>5.547</u>	<u>-</u>

(e) Despesa/(Receita) estimada para 2012

	2012
Custo dos juros	329.745
Retorno dos investimentos	(332.499)
Total de receita	<u>(2.754)</u>

Plano BD - Cobertura vigente após 31 de dezembro de 1997:

Trata-se de cobertura do Tipo Benefício Definido, que concede renda vitalícia reversível em pensão, relativamente ao tempo de serviço passado acumulado após 31/12/97, na base de 70% da média salarial mensal real, referente aos últimos 36 meses de atividade, limitado o salário mensal a 10 vezes o valor da Unidade de Referência - URE, que corresponde ao valor de R\$ 1.031,87 na data da implantação do Plano, atualizado nas mesmas épocas e nos mesmos índices de reajustamento geral de salário concedido pela Patrocinadora, deduzindo-se, dos 70% dessa média salarial mensal real, o correspondente ao valor médio real da Unidade de Referência - URE relativa também aos últimos 36 meses de atividade. No caso de morte em atividade e de entrada em invalidez, os benefícios incorporam todo o tempo de serviço passado (inclusive o acumulado até 31/12/97) e, portanto, não incluem apenas o tempo de serviço passado acumulado após 31/12/97. A responsabilidade pelas insuficiências atuariais dessa Cobertura é compartilhada paritariamente entre a Patrocinadora e os participantes (inclusive os assistidos) e, portanto, somente 50% da insuficiência do Ativo do Plano para cobrir o valor presente da obrigação atuarial do Plano será de responsabilidade da Patrocinadora CESP.

(a) Conciliação dos ativos e passivos do Plano

	2011	2010
Valor da obrigação atuarial líquida	(380.409)	(344.627)
Valor justo dos ativos dos planos	445.559	397.431
Total do ativo (passivo) líquido	<u>65.150</u>	<u>52.804</u>

(b) Movimentação do passivo atuarial

	2011	2010
Valor presente da obrigação atuarial total líquida	(344.627)	(276.551)
Custo dos serviços correntes	(5.141)	(3.908)
Custo dos juros	(33.498)	(26.881)
Ganho / (perda) atuarial	(2.129)	(41.343)
Benefícios pagos	7.897	5.050
Transferência de Contrib. Definida a Benefício Definido (CD a BD)	(2.911)	(994)
Valor presente da obrigação atuarial total líquida	<u>(380.409)</u>	<u>(344.627)</u>

(c) Movimentação do ativo do plano

	2011	2010
Valor justo do ativo do plano	397.431	329.215
Contribuição do empregador	5.094	5.038
Contribuições do empregado	1.332	1.388
Rendimento dos ativos do plano	46.688	65.846
Benefícios pagos	(7.897)	(5.050)
Transferência de CD e BD	2.911	994
Valor justo do ativo do plano	<u>445.559</u>	<u>397.431</u>

(d) Despesa/(Receita) estimada para 2012

	2012
Custo do serviço corrente	4.427
Custo dos juros	36.678
Rendimento esperado dos ativos do plano	(43.588)
Contribuição esperada dos empregados	(1.310)
Total - receita	<u>(3.793)</u>

Este plano apresenta situação superavitária, portanto, nenhum passivo foi registrado.

18.3 Equacionamento financeiro dos planos de benefícios com a Fundação CESP

Para equacionar e garantir o fluxo de caixa entre a CESP e a Fundação CESP, parte do passivo atuarial determinado pelos atuários independentes (BSPS e plano de benefício definido) está representada por instrumentos jurídicos formalizados pela Companhia em 1997, com intervenção da Secretaria Nacional de Previdência Complementar (SPC) na forma de contratos de mútuos e contrato de ajuste de reservas a amortizar, que possuem cláusula variável, conforme segue:

18.3.1 Contrato de Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BPS: R\$ 110.502

Refere-se a saldo de contrato de ajuste das reservas matemáticas para a cobertura de déficit técnico atuarial existente com a Fundação CESP até 31 de outubro de 1997, relativo ao "benefício suplementar proporcional saldado". O contrato original previa amortização em 240 parcelas mensais, desde 31 de dezembro de 1997 e atualização pela variação do IGP-DI, acrescido de juros de 6% a.a. ou o custo atuarial, dos dois o maior. Anualmente, ao final de cada exercício, o superávit ou déficit apurado na avaliação atuarial é integrado ao deduzido do saldo do contrato e as parcelas de amortizações futuras são recalculadas com base no novo saldo do contrato.

18.3.2 Contrato de Dívida - Outros: R\$ 87.602

Refere-se a saldo de contrato de confissão de dívida de liquidação de retenção de reservas com início em 31 de dezembro de 1997, que previa amortização em 96 parcelas mensais e atualização pela variação da TR e juros de 8% a.a. Ao final de cada exercício contábil da Fundação, compara-se o resultado obtido com o custo atuarial (IGP-DI + 6% a.a.), prevalecendo aquele que apresentar o maior resultado. Em 28 de abril de 2004, ambos os contratos foram repectuados entre as partes, com carência de 24 meses para pagamento do principal e amortização em 143 parcelas mensais e sucessivas, a partir de janeiro de 2006, com vencimento final em 30 de novembro de 2017. Conforme mencionado acima, esses contratos possuem cláusula variável de reajuste anual de acordo com o custo atuarial, portanto, representam, na essência, garantias para o equacionamento financeiro do plano de benefícios. Em virtude desse fato, o passivo da CESP é registrado de acordo com o CPC 33/IAS 19. Em 31 de dezembro de 2011, a diferença entre os saldos apresentados desses contratos e o valor do passivo, registrado de acordo com o CPC 33/IAS 19 é decorrente da diferença de metodologias utilizadas entre a CESP e a Fundação CESP para avaliar a situação financeira dos planos de benefícios, e que são ajustadas anualmente pelos efeitos dos ganhos e perdas atuariais ao longo do tempo (maturação do plano). Na essência dos contratos de dívida são consideradas garantias para equacionamento do fluxo de caixa entre a Companhia e a Fundação CESP.

19 TAXAS REGULAMENTARES/ENCARGOS DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO

	2011	2010
Circulante		
Reserva Global de Reversão - RGR:		
- Quota Mensal	6.758	6.759
- Diferença de Quotas - 2008	-	170
- Diferença de Quotas - 2010 (1)	5.184	-
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	33.227	29.805
Taxa de Fiscalização - ANEEL	1.097	1.097
Quotas para P&D - FNDCT (2)	2.041	1.918
Quotas para P&D - EPE (2)	1.069	1.008
Encargos de Uso da Rede Elétrica - CUSD/CUST (3)	39.963	40.450
Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSDg (4)	904	19.718
	<u>90.243</u>	<u>100.925</u>

Não Circulante

Reserva Global de Reversão - RGR:		
- Diferença de Quotas - 2010 (1)	-	5.184
- Diferença de Quotas - 2011 (5)	2.125	-
	<u>2.125</u>	<u>5.184</u>
	<u>92.368</u>	<u>106.109</u>

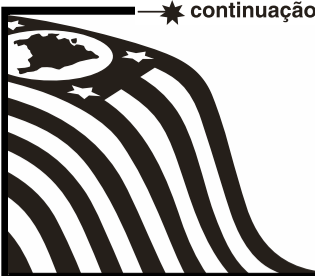
- Diferença de quota RGR 2010 para pagamento em 12 parcelas, conforme despacho ANEEL nº 504, de 10 de fevereiro de 2012.
- Referem-se às quotas provisionadas do Programa Anual de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D a serem recolhidas para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT e para a Empresa de Pesquisa Energética - EPE, em cumprimento à Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000.
- Refere-se aos encargos do uso do sistema de transmissão e distribuição - CUST/CUSD, conforme Resoluções Homologatórias ANEEL nº 1.021 de 29 de junho de 2010 e nº 1.171, de 28 de junho de 2011, atualizada anualmente.
- Parcelamento relativo à tarifa de uso do sistema de distribuição/TUSDg, devida no período de julho de 2004 a dezembro de 2007, estabelecida pela Resolução Homologatória ANEEL nº 497, de 26 de junho de 2007, de acordo com a Resolução Homologatória ANEEL nº 547, de 11 de dezembro de 2007 e complementada pelo Ofício Circular nº 176 - SRT/ANEEL, de 3 de outubro de 2007 e Resolução Homologatória ANEEL nº 600, de 18 de dezembro de 2007.
- Diferença de quota RGR 2011, cuja forma de pagamento será definida pela ANEEL em fevereiro/2013.

20. PROVISÃO PARA RISCOS LEGAIS

A Companhia possui processos judiciais, perante diferentes tribunais e instâncias, de natureza trabalhista, tributária, cível e ambiental. A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais, constituiu provisões para aquelas que são consideradas prováveis.

Composição:

	31.12.2010	Movimentação			31.12.2011
	Saldo	Provisão (Reversão)	(-) Pagamentos	Transfer.	Saldo
Trabalhistas					
Ações diversas	152.610	28.367	(10.007)	-	170.970
Cíveis					
Ações diversas	18.847	3.767	(505)	-	22.109
Tributárias					
Ações diversas	27.654	1.401	(1.663)	-	27.392
Indenizações					
Ações ambientais	301.957	90.508	(6.710)	-	385.755



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011
(Valores em milhares de reais)

20.5 Ações Cíveis - Usinas CESP

20.5.1 Ações de Pescadores

Existem ações em curso contra a CESP intentadas por pescadores da região da Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera), que pleiteiam indenização por perdas e danos decorrentes do enchimento do reservatório da referida usina até o limite de 257 metros acima do nível do mar. O montante total das ações cujo risco de perda é avaliado como provável e possível, em 31 de dezembro de 2011, é de R\$ 169.208 e R\$ 303.412 respectivamente, para 276 processos. Considerando a análise do mérito desses pedidos de indenização por parte de seus assessores jurídicos, análise do estágio dos processos e das decisões já proferidas na esfera judicial, que na maioria dos casos têm sido favoráveis à Empresa, as quais indicam que os valores a serem pagos, quando assim decidido judicialmente são substancialmente inferiores aos pretendidos pelos demandantes.

20.5.2 Ações de Oleiros Ceramistas

Trata-se de ações propostas por oleiros ceramistas impactados quando da formação da Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta. São 171 ações envolvendo o valor de R\$ 158.849 com avaliação de risco de perda provável e R\$ 267.915 com risco de perda possível em 31 de dezembro de 2011. Os pedidos formulados são diversos, destacando-se, entre eles, o pedido de prorrogação do prazo de 8 anos estabelecido nos compromissos firmados entre a CESP e os impactados como tempo para manutenção da atividade de oleiro ceramista.

20.5.3 Ações de Inadimplemento Contratual e Outros

Existem 80 ações em curso contra a CESP que pleiteiam indenização por inadimplemento contratual e outros assuntos relacionados às usinas integrantes do seu parque gerador, sendo constituída provisão de R\$ 446.935 e R\$ 69.703 respectivamente. Existem ainda outras 9 ações de inadimplemento contratual consideradas possíveis que totalizam R\$ 863.381 e outros 173 processos no montante de R\$ 63.110.

20.6 Ações de Desapropriações - Usina CESP

Estão constituídas provisões no montante de R\$ 142.029 para 150 ações de desapropriações envolvendo a formação dos reservatórios de suas usinas, com risco de perda avaliado como provável pelos assessores jurídicos da CESP. As ações de desapropriações com expectativa de perda possível totalizam R\$ 187.628 referentes a 9 processos judiciais.

20.7 Ações Cíveis/Desapropriações - Empresas Cindidas

Diversas ações estão em curso, nas quais se discute o valor da indenização a ser paga pela Companhia, em virtude da desapropriação de imóveis situados nas áreas das usinas, envolvendo obrigações e questões judiciais de empreendimentos das empresas de geração AES Tietê, Duke Energy e a CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (cindidas da CESP), cuja responsabilidade pelo pagamento das ações existentes até 31 de março de 1999 é da CESP. Em 31 de dezembro de 2011, o valor da pretensão dos expropriados correspondente a todas essas ações é de aproximadamente R\$ 227.648. A CESP mantém registrada provisão de R\$ 226.876 para as obrigações referentes às empresas decorrentes dos processos de cisão parcial, com expectativa de perda provável.

Os principais acionistas da Companhia, em 31 de dezembro de 2011, são os seguintes:

	Quantidades de Ações - Em Unidades		Preferenciais		Preferenciais		Total	%
	Ordinárias	%	Classe A	%	Classe B	%		
Governo do Estado de São Paulo e Companhias Ligadas:								
Fazenda do Estado de São Paulo	102.706.383	94,08	-	-	15.135.166	7,20	117.841.549	35,99
Companhia do Metropolitan de São Paulo - METRÔ	1.323.626	1,21	-	-	-	-	1.323.626	0,40
Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP	6.690	0,01	-	-	-	-	6.690	-
Companhia Paulista de Parcerias - CPP	-	-	-	-	13.793.103	6,56	13.793.103	4,21
Outros	2.090	-	2	-	3	-	2.093	-
	<u>104.038.789</u>	<u>95,30</u>	<u>2</u>	<u>-</u>	<u>28.928.272</u>	<u>13,76</u>	<u>132.967.063</u>	<u>40,60</u>
Outros								
Banco Santander (Brasil) S.A.	973.478	0,89	-	-	10.985.645	5,23	11.959.123	3,65
UBS AG London Branch	-	-	-	-	25.072.688	11,93	25.072.688	7,66
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS	37.633	0,03	6.664.526	82,08	-	-	6.702.159	2,05
HSBC Bank PLC London	-	-	-	-	28.393.370	13,51	28.393.370	8,67
The Bank of New York - ADR Department	157.809	0,14	277.464	3,42	-	-	435.273	0,13
Pessoas Físicas	2.622.607	2,40	1.067.864	13,15	3.938.267	1,87	7.628.738	2,33
Outras Pessoas Jurídicas	1.330.524	1,22	79.803	0,98	112.897.325	53,71	114.307.652	34,90
Outros	6.718	0,01	29.889	0,37	-	-	36.607	0,01
	<u>5.128.769</u>	<u>4,70</u>	<u>8.119.546</u>	<u>100,00</u>	<u>181.287.295</u>	<u>86,24</u>	<u>194.535.610</u>	<u>59,40</u>
	<u>109.167.558</u>	<u>100,00</u>	<u>8.119.548</u>	<u>100,00</u>	<u>210.215.567</u>	<u>100,00</u>	<u>327.502.673</u>	<u>100,00</u>
Capital Social Integralizado por Ações em R\$ Mil								
	1.991.811		148.145		3.835.477		5.975.433	

23.2 Direitos das Ações

- (a) As ações preferenciais classe A têm as seguintes características:
- A prioridade no reembolso do capital, sem direito a prêmio no caso de liquidação da Companhia;
- Dividendo prioritário anual, não cumulativo, de 10% (dez por cento), calculado sobre o valor do capital social integralizado representado por ações preferenciais classe A, a ser B, tomado igualmente sobre estas;
- Direito de indicar, juntamente com as ações preferenciais classe B, um membro do Conselho Fiscal e respectivo suplente, escolhidos pelos titulares das ações, em votação em separado;
- Direito de participar dos aumentos de capital, decorrentes da capitalização de reservas e lucros, em igualdade de condições com as ações ordinárias e as ações preferenciais classe B;
- Não terão direito a voto e serão irresgatáveis; e
- As ações preferenciais classe A, é conferido o direito previsto no artigo 111, parágrafo 1º da Lei nº 6.404/76.
- (b) As ações preferenciais classe B têm as seguintes características:
- Direito ao recebimento de um valor por ação correspondente a 100% (cem por cento) do valor pago por ação ao acionista controlador alienante na hipótese de alienação do controle da Companhia;
- Direito de participar em igualdade de condições com as ações ordinárias da distribuição do dividendo obrigatório atribuído a tais ações nos termos do Estatuto Social;
- Direito de indicar, juntamente com as ações preferenciais classe A, um membro do Conselho Fiscal e respectivo suplente, escolhidos em votação em separado;
- Direito de participar dos aumentos de capital decorrentes da capitalização de reservas e lucros, em igualdade de condições com as ações ordinárias e as ações preferenciais classe A;
- Não terão direito a voto e não adquirirão esse direito mesmo na hipótese de não pagamento de dividendos; e
- Serão irresgatáveis.
- (c) Cada ação ordinária nominativa tem direito a 1 (um) voto nas deliberações das Assembleias Gerais.
- (d) Conforme disposto no artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, os acionistas, observadas as disposições legais e as condições previstas, poderão converter (I) ações preferenciais classe A em ações ordinárias e em ações preferenciais classe B e (II) ações ordinárias em ações preferenciais classe A e em ações preferenciais classe B, em ambos os casos, desde que integralizadas. As ações preferenciais classe B da Companhia são inconversíveis.

23.3 Reservas de Capital

	2011	2010
Remuneração das Imobilizações em Curso - Capital Próprio	1.929.098	1.929.098
Saldo remanescente de créditos resultantes da capitalização da remuneração sobre recursos próprios utilizados durante a construção do ativo imobilizado, calculada até 31 de dezembro de 1998, aplicada às obras em andamento.		

23.4 Ajuste de Avaliação Patrimonial

De acordo com o ICPC 10, em 01/01/2009 o efeito do aumento do ativo imobilizado pela adoção do custo atribuído (Nota 12.4), líquido do imposto de renda e da contribuição social diferida, foi registrado no patrimônio líquido, na conta de "Ajuste de avaliação patrimonial". A realização é contabilizada na conta "Lucros acumulados" na medida em que a depreciação e baixa do ajuste a valor justo do imobilizado é reconhecida no resultado.

Movimento	Imobilizado R\$	Impostos Diferidos Passivo R\$	Patrimônio Líquido R\$
Saldo em 31.12.2010	2.951.020	(1.003.347)	1.947.673
Realização no exercício	(302.303)	102.783	(199.520)
Saldo final em 31.12.2011	2.648.717	(900.564)	1.748.153

23.5 Reservas de Lucros

	2011	2010
Reserva legal	48.217	42.788
Reserva de lucros a realizar (*)	417.226	579.959
	465.443	622.747

(*) Na Assembleia Geral Ordinária, realizada em 30 de abril de 2010, foi aprovada a proposta de constituição da Reserva de lucros a realizar.

O Lucro líquido do exercício de 2009, de R\$ 763 milhões, foi fortemente influenciado pelo resultado financeiro positivo de receitas de variações cambiais no montante de R\$ 665 milhões. Deste lucro, a parcela de R\$ 580 milhões referia-se a variações cambiais não realizadas financeiramente, devido à existência de passivos de longo prazo. O reconhecimento dessa receita não implicou em ingresso de caixa e constituiu-se em resultado não realizado. A realização ocorrerá somente por ocasião do pagamento das parcelas de principal dos empréstimos e financiamentos de cada exercício (Nota 13.5). A Reserva de lucros a realizar foi constituída com base no Parecer de Orientação CVM nº 13/1987 e a Circular CVM/SNC/SEP nº 1/2006, e Inciso II, do artigo 197 da Lei nº 6.404/76, referente às parcelas de variações cambiais a se realizarem até 2019.

Esta reserva, se não absorvida por prejuízos, será realizada de acordo com o cronograma abaixo, pelo valor das parcelas em cada ano de realização, as quais integrarão a base de dividendos das propostas de destinação de resultados aos acionistas, nos respectivos exercícios sociais, em conformidade com o inciso III, do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Composição das parcelas ainda a realizar:

Exercícios	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total
Parcelas a Realizar	46.126	170.216	33.404	27.955	31.097	34.593	38.482	35.353	417.226

23.6 Proposta de Destinação do Resultado

Aos acionistas, havendo lucro suficiente para tanto, é assegurada a distribuição de dividendo anual obrigatório correspondente à 10% do capital social. Está sendo proposta a destinação de 100% do lucro líquido ajustado, conforme abaixo:

	2011
Lucro líquido do exercício	108.581
Destinações:	
Reserva legal	(5.429)
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	199.520
Reversão de reserva de lucros a realizar (Nota 24.4)	162.733
Saldo para destinação de dividendos	465.405
Juros s/ capital próprio já distribuídos (*)	(75.000)
Saldo a distribuir como dividendos	(390.405)
Saldo de lucros acumulados	-

(*) R\$ 68.321, líquidos de imposto de renda retido na fonte, equivalentes a R\$ 0,2086 por ação.

Distribuição aos acionistas:

Descrição	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais Classe "A"	Ações Preferenciais Classe "B"	Total
Destinação de dividendos	154.015	14.814	296.576	465.405
Juros s/capital próprio já distribuídos	(20.572)	(14.814)	(39.614)	(75.000)
Saldo a distribuir	133.443	-	256.962	390.405

Dividendos por ação (R\$) 1,22

A soma dos valores distribuídos a título de dividendos e juros sobre o capital próprio representa 100% do lucro líquido do exercício, atendendo ao disposto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76 e artigo 32 do Estatuto Social da Companhia.

Lucro por ação:

	2011	2010
Lucro líquido do exercício (a)	108.581	465.405
Quantidade de ações (b)	327.502.673	327.502.673
Lucro por ação (a/b)	0,33	1,42

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro básico por ação concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro por ação líquido, já que não há instrumentos financeiros com potencial dilutivo.

24 RECEITA

24.1 Contratos de Compra e Venda de Energia

Conforme Decreto nº 5.163, de 31 de dezembro de 2004, e condições estabelecidas pela Resolução Normativa nº 206, de 22 de dezembro de 2005, as concessionárias de distribuição, com mercado inferior a 500 GWh/ano puderam optar pela continuidade da aquisição de energia elétrica do atual agente supridor, para atendimento total ou parcial de seu mercado, através dos Contratos de Compra e Venda de Energia - CCEs, além dos contratos de conexão e de uso. Neste segmento, a CESP possui contratos com quatro distribuidoras, contendo cláusula de atualização de preços com base na variação do IPCA, que será aplicada nas datas de reajustes das distribuidoras com a ANEEL, conforme segue:

Concessionárias	Tarifa de Energia (*)			Mês do Reajuste	2010	2011	(% de Reajuste)
	2010	2011	2012				
Jaguari		Fevereiro	90,65	90,65		5,96	
CSPE		Fevereiro	90,87	96,32		6,00	
LESTE PAULISTA (ex - CPEE)		Fevereiro	90,04	95,44		6,00	
Mococa		Fevereiro	116,40	123,38		6,00	

(*) Tarifas homologadas com vigência a partir de 3 de fevereiro de cada ano.

21 OBRIGAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS E OUTRAS OBRIGAÇÕES

21.1 Obrigações Socioambientais

	2011	2010
Circulante		
Termo de ajustamento de conduta - TAC (a)	24.145	24.172
	<u>24.145</u>	<u>24.172</u>
Não Circulante		
Termo de ajustamento de conduta - TAC (a)	41.853	64.078
Reflorestamento (b)	104.593	104.593
Compromissos ambientais - Licenciamento	74.485	59.821
	<u>220.931</u>	<u>228.492</u>
	<u>245.076</u>	<u>252.664</u>

(a) Refere-se a Termo de Ajustamento de Conduta - TAC, parcelado em 60 meses, com pagamento iniciado em setembro de 2009 e término para agosto de 2014.

(b) Refere-se à aquisição de áreas e projetos de reflorestamento no Parque Rio do Peixe, Ivinhema e Porto Primavera. A movimentação dos saldos está representada por:

	Saldo 31.12.2010	Provisão (Nota 25)	Atualização (Nota 26)	(-) Pagamentos	Transfê-rencia	Saldo 31.12.2011
Circulante						
Termo de ajustamento de conduta - TAC	24.172	-	4.481	(26.733)	22.225	24.145
Não Circulante						
Termo de ajustamento de conduta - TAC	64.078	-	-	-	(22.225)	41.853
Reflorestamento	104.593	-	-	-	-	104.593
Compromissos ambientais - Licenciamento	59.821	14.664	-	-	-	74.485
	<u>228.492</u>	<u>14.664</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(22.225)</u>	<u>220.931</u>
	<u>252.664</u>	<u>14.664</u>	<u>4.481</u>	<u>(26.733)</u>	<u>-</u>	<u>245.076</u>

	Saldo 31.12.2009	Provisão (Nota 25)	Atualização (Nota 26)	(-) Pagamentos	Transfê-rencia	Saldo 31.12.2010
Circulante						
Termo de ajustamento de conduta - TAC	14.212	-	1.957	(17.035)	25.038	24.172
Não Circulante						
Termo de ajustamento de conduta - TAC	83.244	-	5.872	-	(25.038)	64.078
Reflorestamento	105.012	-	-	(419)	-	104.593
Compromissos ambientais - Licenciamento	8.875	52.783	-	(1.837)	-	59.821
	<u>197.131</u>	<u>52.783</u>	<u>5.872</u>	<u>(2.256)</u>	<u>(25.038)</u>	<u>228.492</u>
	<u>211.343</u>	<u>52.783</u>	<u>7.829</u>	<u>(19.291)</u>	<u>-</u>	<u>252.664</u>

21.2. Outras Obrigações

	2011	2010
Circulante		
Antecipação de Recebíveis - Consumidores Livres (a)	19.688	19.688
Fundação CESP (b)	13.122	14.338
P&D - Projetos (c)	91.349	72.926
Parcelamento de Ações de Desapropriações (d)	36.022	85.469
Outros	2.495	2.977
	<u>162.676</u>	<u>195.398</u>
Não Circulante		
Antecipação de Recebíveis - Consumidores Livres (a)	5.814	26.479
Parcelamento de Ações de Desapropriações (d)	-	45.617
Reserva Global de Reversão - RGR (reversão/amortização)	15.481	15.481
	<u>21.295</u>	<u>87.577</u>
	<u>183.971</u>	<u>282.975</u>

(a) Saldos de contratos firmados com consumidores livres em 2005 e 2006, os quais vêm sendo amortizados mensalmente com recebíveis de fornecimento de energia.

(b) Saldo de prestação de contas com a entidade de previdência e inclui principalmente contingência previdenciária com o INSS, com avaliação de risco de perda provável.

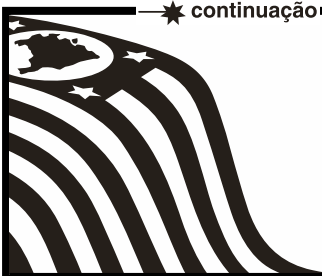
(c) Saldo de projetos de Pesquisa e Desenvolvimento/P&D, atualizados pela SELIC.

(d) Refere-se a acordo judicial, para parcelamento de processos de desapropriações de usinas de empresas cindidas (Duke Energy), celebrado em 28/05/2010, para pagamento em 24 parcelas com atualização pela variação do IPC-FIPE e acrescido de juros de 0,5% a.m.

22 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Estão substancialmente representadas pelas seguintes operações:

Empresas	Nota	Natureza da Operação	2011				
			Circulante	não Circulante	Passivo Circulante	Passivo não Circulante	Resultado Receita/(Despesa)
SABESP (a)		Venda de energia	9.725	-	-	-	105.785
METRÔ (a)		Venda de energia					



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO FIMDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011
(Valores em milhares de reais)

24.2 Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR's e Atualização de Preços.
A CESP mantém contratos com 36 distribuidoras para o suprimento de energia, em decorrência dos leilões realizados (Nota 1.2). Esses contratos tem cláusula de atualização de preços com base na variação do IPCA, aplicada nas datas de reajustes das distribuidoras com a ANEEL, conforme segue:

Reajustes em 2011		Produtos							(% de Reajuste no ano)
Mês do Reajuste	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018		
Concessionárias									
Santa Cruz e Celb	83,42	91,84	104,37	109,24	119,83	156,43	147,43	5,99	
Ampla	Março	84,08	92,57	105,21	110,21	-	157,68	148,61	6,01
Enersul, Cemaf, CPFL, Cemig, AES Sul, Coelba, Cosern, Coelce, Energipe e Celpe	Abril	84,75	93,31	106,04	110,98	121,74	158,92	149,79	6,30
Nacional, Caiuá, Vale									
Parapanema e Bragantina	Maio	85,40	94,02	106,86	111,84	-	160,15	150,94	6,51
Cataguazes e Copel	Junho	85,80	94,47	107,36	112,36	-	-	151,66	6,55
Celtins e Eletropaulo	Julho	85,93	94,61	107,52	112,53	123,44	161,14	151,88	6,71
Celcsc, Celpa, Escelsa-D, Ceb, Elektro, Ceal, Cepisa, Cemar e Saelpa	Agosto	86,07	94,76	107,69	112,71	123,64	161,40	152,68	6,87
Celg	Setembro	86,39	95,11	108,09	113,13	124,10	162,00	152,68	7,23
Bandeirante, Piratininga e CEEE-D	Outubro	86,85	95,61	108,66	113,73	124,75	162,86	153,49	7,31
Light	Novembro	87,22	96,03	109,13	114,22	-	163,56	154,15	6,97
Reajustes em 2010									
Concessionárias									
Santa Cruz e Celb	Fevereiro	78,70	86,65	98,47	103,06	113,05	147,58	139,10	4,59
Ampla	Março	79,31	87,32	99,24	103,87	-	148,73	140,18	4,83
Enersul, Cemaf, CPFL, Cemig, AES Sul, Coelba, Cosern, Coelce	Abril	79,73	87,78	99,76	104,41	114,53	149,51	140,91	5,17
Nacional, Caiuá, Vale									
Parapanema e Bragantina	Maio	80,18	88,28	100,32	105,00	-	150,36	141,71	5,26
Cataguazes e Copel	Junho	80,53	88,66	100,76	105,45	-	-	142,32	5,22
Celtins e Eletropaulo	Julho	80,53	88,66	100,76	105,45	115,68	151,01	142,32	4,84
Celcsc, Celpa, Escelsa-D, Ceb, Elektro, Ceal, Cepisa, Cemar e Saelpa	Agosto	80,53	88,67	100,77	105,47	115,69	151,02	142,34	4,60
Celg	Setembro	80,57	88,70	100,81	105,51	115,73	151,08	142,39	4,49
Bandeirante, Piratininga e CEEE-D	Outubro	80,93	89,10	101,26	105,98	116,25	151,76	143,03	4,70
Light	Novembro	81,54	89,77	102,02	106,78	-	152,90	144,11	5,20

24.3 Energia Vendida
No quadro a seguir é apresentada a energia vendida acumulada:

	MWh (*)		RS Mil	
	2011	2010	2011	2010
Fornecimento (1)				
Industrial	5.560.489	6.853.572	562.561	641.757
Comercial	23.652	-	2.913	-
Serviço Público	1.890.045	1.813.794	204.048	179.003
Total	7.474.186	8.667.366	769.522	820.760

Suprimento

Contratos

Agentes Comercializadores (2)	3.971.300	3.256.362	339.042	335.813
Contratos de Compra de Energia - CCE's (3)	714.085	796.016	73.243	76.467
Total	4.685.385	4.052.378	412.285	412.280

Leilões de Energia (4)

Produto 1 CCEAR 2005 - 2012	5.834.513	5.954.333	483.776	467.171
Produto 2 CCEAR 2006 - 2013	8.676.184	9.008.331	792.320	776.751
Produto 3 CCEAR 2007 - 2014	158.879	164.803	16.447	16.145
Produto 4 CCEAR 2008 - 2016	1.298.278	1.364.248	140.910	140.150
Produto 5 CCEAR 2009 - 2015	856.745	881.775	101.893	99.297
Produto 6 CCEAR 2009 - 2038	718.320	718.318	111.730	105.679
Produto 7 CCEAR 2010 - 2039	1.296.480	1.300.670	190.121	179.821
MCSD (Produtos 1, 2, 3, 4 e 5)	2.238.407	1.732.794	207.941	151.896
Total	21.077.806	21.125.271	2.045.138	1.936.910
	25.763.191	25.177.649	2.457.423	2.349.190

Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (5)

Energia de Curto Prazo - PLD	4.417.277	3.461.021	125.104	113.378
Mecanismo de Realocação de Energia - MRE	2.177.915	3.418.789	23.141	31.511
	6.595.192	6.879.810	148.245	144.889
Total	39.832.569	40.724.825	3.375.190	3.314.839

Resumo por Classe Consumo

	MWh (*)		RS1.000		RS/MWh (Médio)	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Fornecimento						
Industrial	5.560.489	6.853.572	562.561	641.757	101,17	93,64
Comercial	23.652	-	2.913	-	123,16	-
Serviço Público	1.890.045	1.813.794	204.048	179.003	107,96	98,69
Total	7.474.186	8.667.366	769.522	820.760	102,96	94,70
Suprimento						
Leilões de Energia	21.077.806	21.125.271	2.045.138	1.936.910	97,03	91,69
Agentes Comercializadores	3.971.300	3.256.362	339.042	335.813	85,37	103,13
Contrato com Pequenas Distribuidoras	714.085	796.016	73.243	76.467	102,57	96,06
Total	25.763.191	25.177.649	2.457.423	2.349.190	95,39	93,30

Câmara de Comercialização E. Elétrica - CCEE

Energia de Curto Prazo - PLD	4.417.277	3.461.021	125.104	113.378	28,32	32,76
Mecanismo de Realocação de Energia - MRE	2.177.915	3.418.789	23.141	31.511	10,63	9,22
	6.595.192	6.879.810	148.245	144.889	22,48	21,06
Total	39.832.569	40.724.825	3.375.190	3.314.839	84,73	81,40

(1) Refere-se a venda de energia a consumidores livres, no Ambiente de Contratação Livre - ACL.
(2) Refere-se ao suprimento de energia as comercializadoras de energia elétrica no Ambiente de Contratação Livre - ACL.
(3) Contratos de compra e venda de energia, conforme (Nota 24.1).
(4) Refere-se ao suprimento de energia as concessionárias de distribuição de energia elétrica, através de Leilões de Energia no Ambiente de Contratação Regulada - ACR e MCSD - Mecanismo de Compensação de Sobras.
(5) Inclui os valores de faturamento de energia disponível (PLD e MRE) comercializados no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.
(*) Informação não revisada pelos auditores independentes.

Resumo por Ambiente de Comercialização

	MWh (*)		RS1.000		RS/MWh (Médio)	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Mercado Livre						
Consumidores Livres	7.474.186	8.667.366	769.522	820.760	102,96	94,70
Agentes Comercializadores	3.971.300	3.256.362	339.042	335.813	85,37	103,13
	11.445.486	11.923.728	1.108.564	1.156.573	96,86	97,00
Mercado Regulado						
Leilões de Energia + Pequenas Distribuidoras	21.791.891	21.921.287	2.118.381	2.013.377	97,21	91,85
Câmara de Comercialização E. Elétrica - CCEE	6.595.192	6.879.810	148.245	144.889	22,48	21,06
	28.387.083	28.801.097	2.266.626	2.158.266	79,85	74,94
Total	39.832.569	40.724.825	3.375.190	3.314.839	84,73	81,40

(*) Informações não auditadas pelos auditores independentes

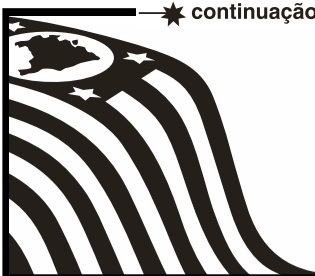
24.4 Receita Operacional Líquida
Em atendimento às exigências do CPC 30 (Receita), segue conciliação entre a receita bruta para finalidades fiscais e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado.

	2011	2010
RECEITAS OPERACIONAIS		
Receitas c/Energia		
Fornecimento de Energia	769.522	820.760
Suprimento de Energia - Contratos	412.285	412.280
Suprimentos de energia de leilões	2.045.138	1.936.910
Energia de curto prazo	148.245	144.889
	3.375.190	3.314.839
Outras receitas	3.896	3.949
	3.379.086	3.318.788
DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL		
Quota para a reserva global de reversão - RGR	(87.962)	(86.294)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(29.953)	(28.950)
Imposto s/serviços - ISS	(116)	(124)
COFINS s/receitas operacionais	(249.329)	(244.963)
PIS s/receitas operacionais	(54.201)	(53.130)
	(421.561)	(413.461)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	2.957.525	2.905.327

25 CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA
Os custos e despesas são compostos pelas seguintes naturezas de gastos:

	2011				
	Custo com Energia Elétrica	Custo com Operação	Despesas gerais e administr.	Outras despesas operacionais	Outras (despesas) receitas líquidas (Nota 25.2)
Natureza dos custos e despesas					
Compensação Financeira pela utilização de Recursos Hídricos	(189.391)	-	-	-	(189.391)
Encargos do sistema de transmissão (Nota 19)	(343.622)	-	-	-	(343.622)
Créditos de COFINS/PIS s/encargos do sistema de transmissão	30.658	-	-	-	30.658
Pessoal	(57.351)	(164.983)	-	-	(222.334)
Administradores	-	(2.445)	-	-	(2.445)
Entidade de previdência a empregados - Contribuição ao plano	-	(9.546)	-	-	(9.546)
Entidade de previdência a empregados - CPC 33/IAS 19	-	(45.924)	-	-	(45.924)
Material	(10.021)	(6.407)	-	-	(16.428)
Serviços de terceiros	(43.951)	(74.465)	-	-	(118.416)
Depreciação	(772.760)	(5.134)	-	(3.748)	(781.642)
Taxa de fiscalização - ANEEL/outros encargos	-	-	(16.605)	-	(16.605)
Aluguéis	-	-	(6.353)	-	(6.353)
Provisão para riscos legais (Nota 20)	-	-	-	(33.535)	(220.947)
Provisão para perda estimada de créditos	-	-	-	(1.200)	(1.200)
Compromissos Socioambientais	-	-	-	(14.664)	(14.664)
Ações e indenizações (Nota 20)	-	-	-	(4.735)	(4.735)
Custos retardatários	-	-	-	(31.144)	(31.144)
Ganho na consolidação dívidas REFIS Lei nº 11.941/09 (Notas 10 e 17)	-	-	-	19.956	19.956
Provisão para perda na realização de créditos - RTE/outros	-	(9.606)	-	-	(9.606)
Outras despesas	-	(2.229)	(3.949)	(2.472)	(11.581)
Total	(502.355)	(951.388)	(280.341)	(37.207)	(266.863)

	2010				
	Custo com Energia Elétrica	Custo com Operação	Despesas gerais e administr.	Outras despesas operacionais	Outras (despesas) receitas líquidas (Nota 25.2)
Natureza dos custos e despesas					
Compensação Financeira pela utilização de Recursos Hídricos	(178.799)	-	-	-	(178.799)
Encargos do sistema de transmissão (Nota 19)	(322.076)	-	-	-	(322.076)
Energia comprada (Nota 25.1)	(109.779)	-	-	-	(109.779)
Créditos de COFINS/PIS s/encargos do sistema de transmissão	38.172	-	-	-	38.172
Pessoal	(50.935)	(162.349)	-	-	(213.284)
Administradores	-	(2.250)	-	-	(2.250)
Entidade de previdência a empregados - Contribuição ao plano	-	(8.407)	-	-	(8.407)
Entidade de previdência a empregados - CPC 33/IAS 19 (*)	-	56.788	-	-	56.788
Material	(8.194)	(5.473)	-	-	(13.667)
Serviços de terceiros	(24.945)	(74.037)	-	-	(98.982)
Depreciação	(775.950)	(5.410)	-	-	(781.360)
Taxa de fiscalização - ANEEL/outros encargos	-	-	(16.050)	-	(16.050)
Aluguéis	-	-	(5.659)	-	(5.659)
Provisão para riscos legais (Nota 20)	-	-	-	(33.907)	(341.257)
Provisão para redução ao valor recuperável de ativos	-	-	-	-	(4.859)
Provisão para perda estimada de créditos	-	-	-	(6.786)	(6.786)
Compromissos Socioambientais	-	-	-	-	(52.783)
Ações e indenizações (Nota 20)	-	-	-	-	(19.927)
Custos retardatários	-	-	-	-	(77.520)



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011
(Valores em milhares de reais)

Índice de Endividamento (Liquidez)	2011	2010
Índice de Endividamento		
Empréstimos + Financ. + FIDC + Valores a pagar	3.993.312	4.267.971
Caixa e equivalente de Caixa (Nota 5)	(444.972)	(170.760)
Dívida Líquida	3.548.340	4.097.211
Patrimônio Líquido	10.118.127	10.474.951
Índice de Endividamento Líquido	35,1%	39,1%

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia por faixas de vencimento, correspondente ao período remanescente no Balanço Patrimonial até a data contratual do vencimento:

	1 ano	2 anos	5 anos	Mais de 5 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2011					
Empréstimos e Financiamentos	425.906	612.366	1.321.311	289.698	2.649.281
FIDC	282.771	263.427	602.649	45.511	1.194.358
Valores a Pagar	41.043	38.340	70.290	-	149.673
	749.720	914.133	1.994.250	335.209	3.993.312
Em 31 de dezembro de 2010					
Empréstimos e Financiamentos	572.901	169.788	1.610.628	416.272	2.770.044
FIDC	285.123	253.261	602.816	156.476	1.324.676
Valores a Pagar	37.283	34.952	101.016	-	173.251
	895.307	458.001	2.341.460	573.203	4.267.971

29.2 Risco de Taxa de Câmbio
O endividamento e o resultado das operações da Companhia são afetados significativamente pelo fator de risco de mercado de taxa de câmbio (dólar norte-americano). Em 31 de dezembro de 2011, o saldo total da conta de empréstimos e financiamentos, incluindo encargos incorridos até a data, montava a R\$ 1.316.420 (R\$ 1.640.083, em 2010) referentes a captações em moeda estrangeira, exclusivamente dólar norte-americano.

	Em milhares de reais	
	Saldo Contábil	
	2011	2010
Passivos		
Empréstimos e Financiamentos		
Dólar Americano - US\$ (Nota 13)	1.316.420	1.640.083
(-) Cauções e depósitos vinculados (Nota 8)	-	(171.266)
Total	1.316.420	1.468.817

Análise de sensibilidade do Risco de Taxa de Câmbio
A CESP considera que o risco de estar passiva em moeda estrangeira é a elevação da cotação do dólar-norte americano (PTAX) na data do vencimento de cada parcela dos contratos de empréstimos e financiamentos captados em moeda estrangeira, que impactam as despesas financeiras do exercício.
Em atendimento ao disposto na instrução CVM nº 475/08, e conforme sugerido pelo CPC 40 e IFRS 7, para determinação dos efeitos da variação desfavorável nas taxas de câmbio, a Companhia adotou os cenários de variações negativas mínimas definidas pela referida instrução e equivalentes a 25% e 50% sobre as respectivas taxas de câmbio utilizadas na determinação dos cenários provável, possível e remoto.

	Previsão			Apreciação da Taxa em		
	2011	2010		25%	50%	
Dólar Americano: US\$/R\$	1,79	2,24	2,69			
O resultado desta análise reflete o somatório nominal do acréscimo em reais na saída de caixa no curto prazo (janeiro a dezembro/2012), com base no serviço da dívida a pagar, incluindo a apropriação de juros até a data de cada vencimento, deduzindo o montante contabilizado no curto prazo da atual demonstração contábil, conforme a tabela abaixo:						

	Risco	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Passivos Financeiros				
Vinculados às moedas:				
Empréstimos e Financiamentos em US\$	Apreciação do US\$ (11.511)	48.527	108.564	

A Companhia, em decorrência da variação cambial projetada, teria um decréscimo na saída de caixa no período de janeiro a dezembro/2012 de R\$ 11.511 no cenário provável, e nos cenários possível e remoto, um acréscimo de R\$ 48.527 e R\$ 108.564, respectivamente.

Com base na posição patrimonial e no valor nocional dos instrumentos financeiros em aberto em 31.12.2011, a Companhia, adotando cenários de variações, estimou que os efeitos em 31.12.2012 seriam próximos aos indicados nas colunas cenários projetados no quadro a seguir:

	Em milhares de Reais			
	Saldo em 31.12.2011	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Passivos				
Empréstimos e Financiamentos				
Dólar Americano - US\$	Apreciação do US\$ 1.316.420	1.256.206	1.570.258	1.884.309

29.3 Risco de Taxa de Juros/Inflação
Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros e inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer "hedge" contra esse risco, porém monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a necessidade de substituição da modalidade de suas dívidas. Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia possui R\$ 3.393.270, captados a taxas variáveis de juros e/ou indexados à taxas de inflação, e R\$ 600.042 captados a taxas fixas.

	Em milhares de Reais	
	Saldo Contábil	
	2011	2010
Passivos		
Vinculados às taxas:		
Moeda Nacional	2.676.892	2.627.888
CDI	1.361.334	1.324.676
IGP-M	170.853	201.253
IPC-A	999.237	938.640
TJLP	104.476	117.109
TAXA FIXA	40.992	46.210
Moeda Estrangeira	1.316.420	1.640.083
UMBDES	726.529	706.115
LIBOR	30.841	80.169
TAXA FIXA	559.050	853.799
Total	3.993.312	4.267.971

Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros e inflação
A CESP considera que o risco de estar passiva em contratos que, além de taxa fixa e "spread", tenham custos com indexadores variáveis (atualizados com taxas de juros pós-fixadas ou taxas de inflação), é a elevação destes índices e consequente aumento das despesas financeiras relativa ao passivo, captado em moeda nacional e estrangeira.

A Companhia agrupou o passivo por indexador contratado e elaborou análise de sensibilidade, em consonância com a Instrução CVM nº 475/08 e conforme sugerido pelo CPC 40 e IFRS 7, utilizando neste passivo o cenário divulgado no relatório Focus (BACEN) de 06/01/2012. No passivo em moeda estrangeira foi considerada a conversão para reais com a mesma paridade de fechamento do presente demonstrativo, para refletir apenas as alterações de cenários de taxas de juros.

	Apreciação da Taxa em		
	Previsão	25%	50%
CDI	9,69	12,11	14,54
IGP-M	5,07	6,34	7,61
IPC-A	5,31	6,64	7,97
TJLP	6,00	7,50	9,00
UMBDES	3,47	4,34	5,21
LIBOR	0,50	0,63	0,75

O resultado desta análise reflete o somatório nominal do acréscimo em reais da saída de caixa, com base no total do serviço da dívida a pagar no curto prazo (janeiro a dezembro/2012), incluindo a apropriação de juros até a data de cada vencimento, e deduzindo o montante contabilizado na data da atual apuração destas demonstrações contábeis, conforme a tabela abaixo:

	Risco	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Passivos Financeiros				
Vinculados às taxas:				
Moeda Nacional	Variação do CDI (1.613)	1.807	5.211	
	Variação do IGP-M (116)	251	648	
	Variação do IPC-A 152	639	1.130	
	Variação da TJLP -	318	635	
Moeda Estrangeira	Variação da UMBDES -	5.641	11.281	
	Variação da LIBOR -	39	79	
Total		(1.577)	8.695	18.984

A Companhia, em decorrência da variação dos índices projetados, teria uma redução na saída de caixa de R\$ 1.577 no cenário provável, e um acréscimo na saída de caixa de R\$ 8.695 no cenário possível e R\$ 18.984 no cenário remoto, comparativamente ao fluxo contabilizado no curto prazo.

Com base na posição patrimonial e no valor nocional dos instrumentos financeiros em aberto em 31.12.2011, a Companhia adotando cenários de variações, estimou que os efeitos em 31.12.2012 seriam próximos aos indicados nas colunas cenários projetados no quadro a seguir:

	Projeção para 31.12.2012			
	Saldo em 31.12.2011	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Passivos Financeiros				
Moeda Nacional				
CDI	1.361.334	1.021.783	1.046.536	1.071.289
IGP-M	170.853	132.449	134.128	135.807
IPC-A	999.237	1.062.870	1.076.979	1.091.089
TJLP	104.476	68.768	69.799	70.831
TAXA FIXA	Sem Risco 40.992	35.773	35.773	35.773
Moeda Estrangeira				
UMBDES	726.529	630.841	636.320	641.799
LIBOR	30.841	1.603	1.605	1.607
TAXA FIXA	559.050	669.109	669.109	669.109
Total	3.993.312	3.623.196	3.670.249	3.717.304

29.4 Risco de Crédito
O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é avaliado pela Companhia como baixo, tendo em vista: (1) para recebíveis decorrentes da receita de suprimento - o concentrado número de seus clientes, a existência de garantias contratuais, o fato de serem concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia sob fiscalização federal, inclusive sujeitas à intervenção da concessão, e por não haver histórico de perdas significativas na realização de seus recebíveis; (2) para recebíveis decorrentes da receita de fornecimento - o concentrado número e o porte empresarial de seus clientes, a análise prévia de crédito e a existência de garantias contratuais de no mínimo dois meses de faturamento.

29.5 Instrumentos Financeiros Derivativos
Em atendimento à Deliberação CVM nº 550/2008, de 17 de outubro de 2008, a Companhia informa o que segue:

- (a) **Política financeira adotada pela Companhia**
A Companhia não adota a política de utilizar de instrumentos financeiros derivativos. A Companhia tem uma dívida aproximada de R\$ 4 bilhões em 31 de dezembro de 2011, grande parte reestruturada com instituições financeiras nacionais e internacionais nos últimos anos. Nesse processo de reestruturação, a principal estratégia utilizada pela Companhia para o monitoramento de riscos futuros foi a de substituir grande parte da dívida em moeda estrangeira para dívida em moeda nacional, com o objetivo de reduzir sua exposição cambial ocorrida no passado.
- (b) **Controles internos e operacionais sobre contratação de operações financeiras**
Com o objetivo de gerenciar os riscos associados a cada estratégia e a cada negociação com instituições financeiras, as operações financeiras de qualquer natureza são aprovadas pela Diretoria, podendo ser levadas ao Conselho de Administração, nas condições estabelecidas no estatuto social da Companhia.
- (c) **Operações de derivativos**
A Companhia não contratou nenhuma operação de derivativos até 31 de dezembro de 2011.

29.6 Valorização dos Instrumentos Financeiros
Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia em 31 de dezembro de 2011 são descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização/avaliação:

- (a) **Caixa e equivalentes de caixa**
Compreendem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras. O valor de mercado desses ativos não difere dos valores demonstrados no balanço patrimonial da Companhia.
- (b) **Valores a Receber**
Energia Livre e Energia de Curto Prazo: esses créditos decorrem basicamente de energia livre durante o período de racionamento e transações realizadas no âmbito da atual Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e foram registrados e valorizados com base nas informações disponibilizadas, baseados nos preços vigentes durante o ano na CCEE. Não houve transações relacionadas com estes créditos ou débitos que pudessem afetar sua classificação e valorização na data destas demonstrações.
- (c) **Investimentos**
Estão registrados ao custo de aquisição, sendo constituída provisão para sua redução a valor de mercado, quando requerido ou aplicável. O valor de mercado dos demais investimentos se aproxima de seus valores contábeis.
- (d) **Empréstimos, Financiamentos e FIDC**
A Companhia possui ativos e passivos mensurados ao valor justo através do resultado, além disso, possui outros passivos financeiros não mensurados ao valor amortizável, os quais podem ser comparados aos valores de captação de mercado.

	2011		2010	
	Valor Contábil	Valor de Mercado	Valor Contábil	Valor de Mercado
Moeda Estrangeira				
Medium Term Notes	(426.991)	(456.342)	(689.685)	(734.823)
Moeda Nacional				
Medium Term Notes	(999.237)	(1.040.182)	(938.640)	(995.158)
FIDC	(1.194.358)	(1.192.897)	(1.324.676)	(858.569)
Total	(2.620.586)	(2.689.421)	(2.953.001)	(2.588.550)

30 SEGUROS
A Companhia possui contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e/ou responsabilidade, conforme demonstrado a seguir:

	Em milhares de Reais	
	Vencimento	Valor Segurado
Tipo		
D&O - Seguro de Administradores	ACE Seguradora S/A	Responsabilidade civil - D&O 03/2012 2.000
Vida	Tóki Marine	Indenização p/ morte ou invalidez permanente de empregados 10/2012 2.600
Aeronáutico	Mapfre Vera Cruz Seguradora S/A	Casco/Responsabilidade Civil Máquinas e Equipamentos do Sistema de Geração das Usinas 12/2012 20.000
Riscos Patrimoniais	ACE Seguradora S/A	08/2012 1.308.000

31 EVENTO SUBSEQUENTE
Em 26 de janeiro de 2012, a Companhia liquidou dívida em notas promissórias no valor total de R\$ 168.339 (Nota 13.3.b), sendo R\$ 150.000 de principal e R\$ 18.339 de encargos financeiros.

32 APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
As demonstrações contábeis da CESP foram aprovadas pela Diretoria e Conselho de Administração em 22 de março de 2012.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE
JOSÉ ANÍBAL PERES DE PONTES

ANDREA SANDRO CALABI
CARLOS PEDRO JENS
FERNANDO CARVALHO BRAGA

CONSELHEIROS
FLÁVIO DE SOUZA LOUREIRO FILHO
JOÃO BOSCO TOSCA
MARCELO SOUZA MONTEIRO

MARCOS ANTÔNIO DE ALBUQUERQUE
MAURO GUILHERME JARDIM ARCE
RICARDO ACHILLES

DIRETORIA

MAURO GUILHERME JARDIM ARCE
PRESIDENTE

VICENTE K. OKAZAKI
DIRETOR FINANCEIRO E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

ARMANDO SHALDERS NETO
DIRETOR ADMINISTRATIVO

MITUO HIROTA
DIRETOR DE GERAÇÃO

MAURO MARQUES
GERENTE DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE - CONTADOR - CRC - 1SP253079-O-1

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da CESP - Companhia Energética de São Paulo, dando cumprimento ao que dispõem os incisos I, II, VII do artigo 163 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, examinou as Demonstrações Financeiras da Empresa, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, elaboradas segundo os princípios estabelecidos nos capítulos XV e XVI do referido diploma legal, com as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e Normas, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, compreendendo: Balanços Patrimoniais, Demonstrações do Resultado, Mutações do Patrimônio Líquido, Proposta da Administração para destinação do lucro, Demonstrações dos Fluxos de Caixa e Demonstrações do Valor Adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, complementados por Notas Explicativas,

Amâncio Acúrcio Gouveia Emília Ticami Fábio Alonso Hélio Pilnik José Rubens Gozzo Pereira

DECLARAÇÃO

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria da CESP - Companhia Energética de São Paulo, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Avenida Nossa Senhora do Sabará, nº 5312, Pedreira, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 60.933.603/0001-78,

declaram que: (i) reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Contábeis da CESP do exercício social findo em 31 de dezembro de 2011; e (ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, relativamente às Demonstrações Contábeis da CESP do exercício social findo em 31 de dezembro de 2011.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da CESP - Companhia Energética de São Paulo São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da CESP - Companhia Energética de São Paulo ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras
A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRSs), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação dos riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias,

mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CESP - Companhia Energética de São Paulo em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRSs emitidas pelo IASB.

Outros assuntos
Demonstração do valor adicionado
Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado ("DVA") referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, preparada sob a responsabilidade da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRSs, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 22 de março de 2012

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8
Iara Pasian - Contadora
CRC nº1 SP 121517/O-3